

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

José Geronimo Brumatti
Superintendente Regional

Jose Candido Costa Rezende
Superintendente Regional Substituto

Silvestre Barbosa dos Reis
Chefe da Procuradoria Regional Especializada

Salvimar Vizeu Alexandre Ferreira
Chefe da Divisão de Administração

Alfredo Zampier Lacerda
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Gezualdo Nunes Galvão
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

Patrícia Soneghet Baiocco Andrade Nascimento
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Cecília Marocivh da Silva Rossoni
Chefe Substituta da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Maria das Graças Moreira Beltrão
Chefe do Serviço de Desenvolvimento Humano

Douglaz Muniz Lyra
Assistente Técnico – Responsável pelo Serviço de Meio Ambiente

Hélio Porfírio Guimarães
Serviço de Cadastro de Famílias e Implantação de Projetos de Assentamento

Ricardo Muniz Stroligo
Chefe do Serviço de Infra-Estrutura

Queidimar Cristina Guzzo
Responsável pelo Serviço de Cartografia

Domingas dos Santos Dealdina
Asseguradora do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas

Joana Darc Eler dos Reis
Asseguradora do PNDTR/ES

Jaime Bernardo Neto
Serviço de Planejamento e Controle

Patrícia Cabral Costa
Responsável pelo NTI/ES

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	9
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	10
2. Objetivos e Metas Institucionais.....	11
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	11
2.2 Responsabilidades Institucionais.....	13
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	13
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento....	14
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos.....	15
2.2.4 Divisão Administrativa.....	15
2.3 Programas e Ações sob responsabilidade da unidade.....	17
2.3.1 Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	17
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	17
Principais Ações do Programa.....	18
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e seleção de famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	18
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis.....	22
2.3.1.3 Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária.....	27
2.3.1.4 Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	30
2.3.1.5 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	32
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	34
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	34
Principais Ações do Programa.....	35
2.3.2.1 Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	35
2.3.2.2 Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	45
2.3.2.3 Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	48
2.3.2.4 Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.....	53
2.3.2.5 Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	57
2.3.2.6 Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projeto de Assentamento da Reforma Agrária.....	59
2.3.2.7 Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.....	64
2.3.2.8 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	68

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	70
Principais Ações do Programa.....	71
2.3.3.1. Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	71
2.3.3.2 Ação 2114 – Sistema de Cadastro Rural.....	74
2.3.3.3 Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	75
2.3.3.4 Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	77
2.3.3.5 Ação 8380 – Retomada de Terras Públicas.....	78
2.3.3.6 Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	79
2.3.3.7 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	80
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	82
Principais Ações do Programa	83
2.3.4.1 ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	83
2.3.5. Programa 1120 – Paz no Campo.....	94
Principais Ações do Programa.....	95
2.3.5.1. Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	95
2.3.5.2 Ação – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.....	98
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	100
Principais Ações do Programa.....	101
2.3.6.1 Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas de Remanescentes de Quilombos.....	101
2.3.6.2 Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes de Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	104
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo.....	105
2.3.7.1 Ação 44764 – Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	106
2.3.7.2 Ação 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....	108
2.3.7.3 Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	110
2.3.7.4 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	114
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	116
Principais ações do programa.....	117
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	117
2.3.8.2 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	121
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	123
2.3.9.1 Ação 2000 – Administração da Unidade.....	124

2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	127
2.4.1	Programa Orçamentária da Despesa.....	127
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias.....	127
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes.....	127
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital.....	128
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	128
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	129
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa.....	130
2.4.2.1	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	130
2.4.2.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	131
2.4.2.3	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por movimentação.....	132
2.4.2.4	Análise Crítica.....	132
2.4.3	Indicadores Institucionais.....	133
3	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	140
3.1	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	140
3.2	Análise Crítica.....	140
4	Informações sobre a movimentação e o saldo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	141
4.1	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	141
5	Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.....	142
5.1	Composição do quadro de servidores ativos.....	142
5.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010.....	142
5.1.2	Composição do quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010.....	143
5.1.3	Composição do quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade.....	143
5.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	144
5.2.1	Composição do quadro de servidores inativos – Situação apurada em 31/12/2010.....	144
5.2.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	144
5.3	Composição do quadro de estagiários.....	144
5.4	Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	145
5.4.1	Quadro de custos dos recursos humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	145
5.5	Locação de mão-de-obra mediante contrato de prestação de serviços.....	146

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância.....	146
5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra.....	147
5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão-de-obra.....	148
5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	149
6 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	152
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	152
6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência.....	152
6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	153
6.1.3 Resumos dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes.....	153
6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	154
6.1.5 Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	155
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.....	156
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	157
9. Informações sobre o sistema de controle interno da UJ.....	158
9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ.....	158
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	160
10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	160
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado com “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	162
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	162
11.1.1. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.	162
11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	163

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	164
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	165
12.1 Gestão de TI da UJ.....	165
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	167
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	168
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	169
15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	169
15.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	170
15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	171
15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	172
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento....	173
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	174
Parte B – Informações Contábeis da Gestão.....	175
18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão	175
19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)	177
Parte C – Informações Específicas a constar no Relatório de Gestão Superintendências Regionais do INCRA.....	183
20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,00 ha (Portaria/INCRA/Nº12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações.....	183
21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	184
22. Anexos	185
22.1. Tabela – Projetos de Assentamentos do Espírito Santo.....	185

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do Espírito Santo			
Denominação abreviada: INCRA SR(20)/ES			
Código SIORG: 4.142	Código LOA: 49.201	Código SIAFI: 373057	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: 110-4 Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11.6.00	
Telefones/Fax de contato:		(27) 3185-9050	
E-mail: Jose.brumatti@vta.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Senador Robert Kennedy 601 – São Torquato, Vila Velha/ES. Cep 29.114-300			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009 – Estrutura Regimental.			
Portaria/MDA n.º 20, de 08 de abril de 2009 - Regimento Interno da Autarquia			

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373057	Superintendência Estadual do Espírito Santo - INCRA/SR-20		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não se aplica	Não se aplica		

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei N.º 7.231, de 23 de outubro de 1984, mantido pelo Decreto Legislativo n.º 02, de 29 de março de 1989, publicado no DOU, de 31 de março de 1989, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional. Entre seus direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização. E tem por finalidade:

- I. promover e executar a reforma agrária, visando à melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social por meio de projetos de assentamento sustentáveis;
- II. promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- III. promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- IV. gerenciar a estrutura fundiária do país.

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados previsto no Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009 – Estrutura Regimental e na Portaria/MDA n.º 20, de 08 de abril de 2009 - Regimento Interno da Autarquia, aos quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantia da manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

A Superintendência Regional do INCRA do Espírito Santo é responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária no Estado do Espírito Santo, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de trabalho e renda no meio rural.

O orçamento previsto para ser descentralizado à Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo – SR20/ES no ano de 2010 para as ações de vistoria de imóveis rurais, desenvolvimento de projetos de assentamento, gerenciamento da estrutura fundiária, educação do campo, capacitação de servidores e administração da Unidade foi de R\$ 12.810.261,04 (doze milhões oitocentos e dez mil duzentos e sessenta e um reais).

No ano de 2010 as ações de vistoria de imóveis rurais e obtenção de terras resultaram na criação de 1 novo projeto de assentamento. Ao todo foram assentadas 105 famílias, entre novas

vagas e lotes retomados administrativamente. O Serviço de Meio Ambiente superou a meta prevista para o exercício 2010, tendo protocolado 12 licenças ambientais junto aos órgãos competentes visando atender da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, além de trabalhar no cumprimento de condicionantes ambientais que visam à manutenção dessas licenças.

Com o compromisso de promover uma reforma agrária de qualidade, a SR20/ES, disponibilizou assessoria técnica para 3.602 famílias e concedeu crédito de instalação para 446 famílias, além de 249 complementações de créditos já concedidos, possibilitando melhor condição de vida para o agricultor assentado, por meio da construção e reforma de 467 moradias, bem como outras melhorias.

Dotar os projetos de assentamento criados ao longo dos anos das condições necessárias para seu desenvolvimento sustentável tem sido prioridade do Governo. Para tanto, 1.903 famílias foram beneficiadas com a realização de obras de infra-estrutura visando prover os assentamentos de condições básicas como saneamento, estradas, entre outras, e as ações de fomento à agroindustrialização e à comercialização beneficiaram 166 famílias ao longo do ano.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que, visa à promoção de igualdade de gênero entre as populações rurais, atendeu cerca de 9.650 pessoas, emitindo 11.069 documentos civis básicos para trabalhadoras rurais.

Por meio de ações descentralizadas junto às Unidades Municipais de Cadastro, foram gerenciados 11.982 imóveis rurais ao longo de 2010. Além do acompanhamento de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros e desmembramento relativos à zona rural/urbana.

O Programa Brasil Quilombola atuou no reconhecimento e identificação de territórios de comunidades quilombolas dando continuidade ao trâmite dos oito processos em andamento na SR(20)/ES.

O presente Relatório foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Decisão Normativa TCU nº 110/2010, e a Norma de Execução nº 03/2010, da CGU, e demonstra a avaliação dos resultados da execução dos Programas/Ações do INCRA, no que concerne à Superintendência Regional do Estado do Espírito Santo, considerando os resultados quantitativos e qualitativos alcançados como também a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos para a Autarquia.

JOSE GERÔNIMO BRUMATTI

Superintendente Regional INCRA/ES

2.1.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR20/F, conta com quatro setores de serviços, sendo que no Serviço de Cadastro Rural – SR20/F-1 foi feito planejamento de atividades a serem cumpridas, com algumas alternativas que poderiam ser mudadas no decorrer do ano, isto visando um melhor aproveitamento, tanto na execução física das ações como também na execução financeiro-orçamentária.

Assim, de acordo com caderno de metas da PO2010, atingimos objetivos que ultrapassaram a meta prevista, isto porque foram desenvolvidas várias atividades junto as Unidades Municipais de Cadastro (UMC), por de termos de parceria firmado junto às prefeituras municipais, tais como cursos de recepção, análise cadastral, digitação no próprio município, supervisões periódicas, gerando assim agilidade na emissão de documentos, e alimentando diariamente o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR,

Além de prestar diversos serviços às demais Divisões da área finalística da Superintendência Regional, o Serviço de Cartografia – SR20/F-2, é o responsável pelo Comitê de Certificação de Imóveis Rurais da Regional.

Conforme previsto na Lei 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto 4.449 de 30/10/2002, com as alterações previstas no Decreto 5.570 de 31/10/2005, tornou-se obrigatório a certificação de peças técnicas georreferenciadas em qualquer situação que envolva transferência de imóvel rural, desmembramento, parcelamento ou remembramento, sendo que atualmente esta em vigor para todos imóveis rurais acima de 500,0000 hectares, e a partir de 20/11/2011 para imóveis com áreas inferiores a 500,0000 hectares. Vale ressaltar que a certificação de peças técnicas georreferenciadas também é obrigatória nos autos judiciais que versem sobre imóveis rurais (Lei 6.015 de 31/12/1973, art. 225, §.3º), qualquer que seja a dimensão da área, nas ações ajuizadas a partir de 31/10/2005, assim, esta SR20/ES tem recebido alguns desses pedidos e nos encontramos com falta de recursos humanos (técnicos ligados a área) e tecnológicos suficiente, tendo em vista que são várias demandas de topografia onde atendemos a todas as Divisões desta SR20, tais como, vistorias para obtenção de terras, vistorias para territórios quilombolas, medição e demarcação de assentamentos rurais (fiscalização e acompanhamento), ações do meio ambiente e do cadastro rural, certificação de imóveis rurais, e outras afins. Acrescentamos que a análise das peças técnicas georreferenciadas de todos os processos, quando ocorre falta ou erros nos documentos apresentados, estes são analisados/notificados diversas vezes, para posterior encaminhamento ao Comitê Regional de Certificação, ocasionando assim maior demora para finalização do trabalho.

Quanto às atividades do Serviço de Regularização Fundiária – SR20/F-3 – foi assinado, em 2009, Termo de Compromisso e Cooperação Técnica entre o INCRA/SEAG/IDAF, para proceder às arrecadações de terras devolutas e indenizações de benfeitorias, úteis e necessárias e edificadas de boa fé, pelos detentores das posses de imóveis rurais em processos de vistorias efetuadas pelo INCRA, sendo através de levantamento preliminar de dados e informações, cujas propriedades não estejam cumprindo sua função social, bem como de imóveis já vistoriados pelo INCRA/ES, visando a doação para implementação de assentamento de trabalhadores rurais sem terra, com vigência até 31/12/2011.

Assim, foram encaminhadas várias solicitações, principalmente nos imóveis vistoriados pelo INCRA com indicação de serem desapropriadas para fins de reforma agrária (assentamentos), onde foram identificadas terras devolutas.

Foi firmado convênio Federal/Estadual através da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o IDAF para que fossem georreferenciados todos os imóveis rurais do município de Água Doce do Norte, onde servidores do INCRA/MDA de início acompanharam a execução para fins de aprendizagem, e posteriormente somente servidores do IDAF e os trabalhos ainda estão sendo realizados. Foram feitos levantamentos em cartórios de registro de imóveis para identificação de terras devolutas, bem como vistorias e avaliações de benfeitorias existentes com acompanhamento de técnico do Serviço de Cartografia nos imóveis detectados com terras devolutas, notificações, e abertura de processos.

Visando maior agilidade nos procedimentos de identificação, demarcação e titulação de Territórios Quilombolas o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR20/F4, organizou, com apoio da Sede, uma “força tarefa” com servidores de outras SR’s tendo como resultados a publicação de 02 RTID’s – Relatórios Técnico de Identificação e Delimitação, duas portarias de reconhecimento e um decreto. Esta ação teve a participação direta do Gabinete da Superintendência por se tratar de atividades excepcionais em que foi necessária a mobilização de uma maior estrutura para realização das atividades.

2.1.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras SR20/T, hoje compreendendo os Serviços de Obtenção de Terras –SR20/T-1, de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR20/T-3, de Implantação de Projetos de Assentamento -SR20/T-2.

A SR20/T-1- Obtenção de Terras, procurou atingir todas as metas estipuladas, executando os trabalhos dentro de um planejamento estratégico que levou em conta: a capacidade operacional, os recursos programados, os servidores, os imóveis decretados para reforma Agrária, os imóveis imitidos na posse, e finalmente os Assentamento Criados/numero de Famílias assentadas.

O objetivo principal das atividades foi a Desapropriação para fins de Reforma Agrária, que demanda a meta de Vistorias Preliminares com o foco de identificar os imóveis que não estão cumprindo com sua Função Social. Antecedendo as vistorias, são feitos levantamentos prévios que demandam visitas em cartórios, órgãos Municipais e Estaduais, e em alguns casos visita in-loco dos imóveis alvos, culminando com a notificação pessoal do proprietário. Os imóveis selecionados são aqueles indicados pelos Movimentos Sociais, e bem como de análise feita no SNCR- Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Os processos dos Imóveis Improdutivos seguem para o Decreto, depois de seguir Normas e Recursos, e se nesta fase não tiver impedimento Judicial, após o Decreto, vem o Ajuizamento da Ação Desapropriatória, a Imissão na Posse, e finalmente a Criação do Projeto de Assentamento.

Já o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR20/T-3, vinculado a essa Divisão, realiza as análises ambientais das propriedades em fase de desapropriação e solicita ao órgão competente a sua Licença Ambiental, nesse caso a Licença Prévia – LP. Após essas fases finalmente é criado o Projeto de Assentamento, com todas as suas condicionantes da PL a serem cumpridas.

Em todas as fases processuais existe uma gama de atividades e normas a serem seguidas, exigindo assim vários deslocamentos a campo inclusive final de semana, em algumas ocasiões. Assim, diante de tamanho desafio, procuramos traçar algumas estratégias de ações: 1- Priorizar as

ações de Vistorias em áreas Prioritárias (latifúndios, demanda social, localização etc.) 2- Efetuar Levantamentos Prévios nos imóveis acima de 15 módulos fiscais, 3- Monitoramento constante dos processos de Obtenção, 4- Centrar as ações dos servidores (peritos) nas Vistorias Preliminares.

2.1.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento e é composta pelos serviços de Infraestrutura, Desenvolvimento de Projetos e Educação e Cidadania.

As atividades inerentes a Divisão de Desenvolvimento durante o exercício de 2010 foram desenvolvidas por 22 (vinte dois) servidores, sendo que durante o ano uma servidora ficou ausente para licença de mandato eletivo, um servidor de licença sem vencimentos por um período de três meses, um servidor pediu exoneração a partir de junho e dois servidores vieram compor a equipe a partir de julho.

Durante o exercício os trabalhos foram realizados nos 64 (sessenta e quatro) Projetos de Assentamento criados pelo INCRA e nos 22 (vinte dois) Projetos do governo do estado do Espírito Santo reconhecidos pelo INCRA, como prestação dos serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES, aplicação dos créditos instalação nas modalidades Apoio Inicial, Fomento, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação/Materiais de Construção, contratação de serviços e aquisição de materiais para construção de galpão, apoio a Feira da Agricultura Familiar do estado do Espírito Santo através do Programa de Fomento a Agroindustrialização, a Comercialização e Atividade Pluriativas Solidárias - Projeto Terra Sol, recuperação/construção de estradas, fossas sépticas e platôs para construção de casas, via Termos de Cooperação Técnica celebrados com 12 (doze) Prefeitura Municipais, contratação de projetos executivos para construção de barragens nos Projetos de Assentamento São Sebastião, Adriano Machado e Oziel Alves e contratação dos serviços de georeferenciamento de perímetro, levantamento topográfico cadastral planialtimétrico, coleta de cartas de anuência dos confrontantes e processamento de dados e elaboração de peças técnicas.

Foram realizados o levantamento da situação ocupacional dos Projetos de Assentamento Miragem, Luiz Taliuly Neto e Piranema conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 47/2008, bem como verificadas situações pontuais de irregularidades nos demais Projetos de Assentamento e adotadas as providências conforme determina a legislação com notificações ao beneficiários da situações irregulares, envio de ofícios que culminaram em ações de reintegração de posse e de regularização de famílias.

O Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES com o objeto de subsidiar os alunos do Curso de Especialização (“lato sensu”) em Economia e Desenvolvimento Agrário dos serviços de hospedagem, alimentação e transporte através do PRONERA e a discussão com os demais atores da Educação do Campo foram atividades desenvolvidas pelo serviço de Educação e Cidadania durante o ano de 2010.

2.1.4 Divisão de Gestão Administrativa

Apesar das dificuldades enfrentadas pela Divisão de Administração, em especial a carência de pessoal administrativo, a Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo buscou manter

o nível do padrão de serviços que presta como atividade meio, sem perder de vista a redução de custos na manutenção da Unidade.

Nesse sentido, buscou-se praticar a compra antecipada visando à redução de preços, principalmente de passagens aéreas, e realizada campanha junto aos servidores para a redução de consumo de energia, água, telefonia, e materiais de consumo diverso. Também foi iniciado processo de desfazimento de bens em desuso na superintendência, que continua em andamento.

Além disso, compete a Divisão a gestão dos contratos de serviços terceirizados de apoio, manutenção predial, segurança, limpeza, manutenção de viaturas e demais serviços de governança, buscando propiciar as condições adequadas de trabalho aos servidores em geral.

2.2 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.2.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.2.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	4	Famílias Assentadas	285	105	36,84%	

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
26.449,00	34.448,45	26.302,45	76,35	22.351,68	64,88	22.351,68	64,88

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

A Superintendência Regional do INCRA Espírito Santo conseguiu assentar 105 famílias no exercício 2010, distribuídas em 32 projetos de assentamento, sendo 29 famílias no Projeto de Assentamento Adão Preto, criado no mesmo exercício, e as restantes 76 famílias em assentamentos já existentes, conforme tabelas abaixo:

1. Famílias Assentadas em Projetos de Assentamento Criados em Anos Anteriores

Projeto de Assentamento	Município	Famílias
16 de abril	Águia Branca	1
17 de abril	Muqui	1
3 Corações	Barra de São Francisco	4
Boa Vista	Ecoporanga	2
Castro Alves	Pedro Canário	2
Corrego da Laje	Mucurici	1
Córrego do Augusto	Nova Venécia	1
Córrego do Balão	Montanha	1
Corrego Grande	São Mateus	2
Floresta	Alegre	1
Florestan Fernandes	Guaçu	1
Franqueza e Realeza	Ecoporanga	6
Gaviãozinho	Nova Venécia	1
Geraldo Sperandio	Pancas	1
José Marcos Araujo dos Santos	Presidente Kennedy	4
Laje	Alto Rio Novo	2
Lirio dos Vales	Ecoporanga	22
Madre Cristina	Pancas	2
Maria Olinda	Pinheiros	1
Nova Conquista	Pinheiros	1
Nova Safra	Itapemirim	3
Otaviano R. de Carvalho	Ponto Belo	1
Paulo Vinhas	Conceição da Barra	5
Pontal do Jundiá	Conceição da Barra	1
Rancho Alegre	Mimoso do Sul	1
Rodeio	Nova Venécia	1
Santa Fé	Apiacá	1
Santa Rita	Bom Jesus do Norte	2
São Gabriel	São Gabriel da Palha	1
São Sebastião	Montanha	1
Sezinio F. de Jesus	Linhares	2
31 Projetos de Assentamento	Total	76 famílias

Fonte: SIPRA e Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento– SR(20)/ES .

2. Famílias Assentadas em Projetos de Assentamento Criados em 2010

Projeto de Assentamento	Município	Famílias
Adão Preto	Nova Venécia	29
1 Projeto de Assentamento	Total	29 famílias

FONTE: SIPRA. e Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento– SR(20)/ES

Esse número de famílias assentadas (105) encontra-se bem abaixo da meta estabelecida para o exercício 2010 (pouco mais de 36% do que fora estipulado). Todavia, convém ressaltar que essa meta é estabelecida a partir dos processos de desapropriação de imóveis improdutivos em andamento na superintendência, e como o andamento destes processos envolve além das etapas administrativas também fases em âmbito judicial, sua conclusão envolve fatores externos à autarquia, o que pode ocasionar – como de fato ocasionou - o não cumprimento das metas inicialmente projetadas.

Desta forma, a meta de assentamento oneroso (envolvendo desapropriação e/ou compra de terras) para o ano de 2010 foi de 125 famílias, pois ao início do exercício 2010 contávamos com os seguintes imóveis para criarmos novos projetos de assentamentos e cujo trâmite, entretanto, não foi concluído até o término do exercício:

Imóvel	Município	Área	Famílias	Situação
Floresta	S. Gabriel da Palha/Nova Venécia	500,70	39	P.A Criado, Homologados. 29
Três Barras	São G. da Palha	399,14	19	Imissão de Posse/Dependendo de
Primavera	São Mateus	578,97	34	Ajuizada/Aguardando
São João do Pouso Alto	São Jose do Calçado	129,36	08	KIT em Brasília para. Descentralização de
Córrego da Lagoa	Nova Venécia	380,12	26	Imissão de Posse/Dependendo de
Cachoeira Bonita	Brejetuba/Afonso Cláudio	408,52	19	KIT em Brasília para. Descentralização de
Floresta e Texas	São Mateus	655,46	31	KIT em Brasília para. Descentralização de
Esmeralda	Afonso Claudio	487,03	23	KIT em Brasília para. Descentralização de
Itapocu	Serra	290,03	19	Sub-judice

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – SR(20)/ES.

Também havia a previsão de assentamento de 10 famílias em área pública, devoluta, a ser anexada ao P.A Santa Clara, no município de Viana, o que não ocorreu devido à lentidão dos processos de indenização dos posseiros que viviam nessa área.

Quanto a meta de reassentamento (substituição nos P.As antigos e NE 70), que era de 150 famílias, foram assentadas apenas 76 famílias, atingindo pouco mais de 50% do estipulado. Todavia, convém ressaltar que se trata de meta bastante contraditória, pois a rotatividade de beneficiários nos projetos de assentamentos já existentes pode ser um indicador de pouco êxito em atender à necessidades sócio-econômicas dessas famílias, que optam por deixar os PA's.

No tocante à execução da NE 70 (regularização dos beneficiários da reforma agrária), foram bloqueados 28 beneficiários irregulares durante o exercício de 2010, dos quais 22 foram notificados e 15 tiveram seus processos deferidos. Os demais processos aguardam apresentação de documento

por parte dos beneficiários para decisão final da Superintendência. Quanto aos beneficiários não notificados, os mesmos não foram localizados nos Projetos de Assentamento. Os trabalhos de notificação, porém, não estão encerrados e será feita nova tentativa de notificação antes de proceder à notificação por edital.

2.2.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	3	Área Vistoriada (em ha)	16.040	7.531,27	46,95	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
104.262,00	147.292,00	141.244,77	95,89	133.694,77	90,77	133.694,77	90,77

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

VISTORIAS PRELIMINARES REALIZADAS EM 2010

A Vistoria Preliminar, que também é chamada de Fiscalização Agrônômica, tem como objetivo maior identificar o uso atual do imóvel para verificação de sua produtividade. Sendo considerado improdutivo, é aberto um processo de desapropriação, o qual, salvo algum impedimento judicial, segue até a publicação de decreto que declara o imóvel como sendo de interesse social para fins de Reforma Agrária.

No exercício 2010 foram feitas vistorias pela SR(20)/ES em nove imóveis rurais, todos considerados improdutivos, totalizando uma área de 9.158,05 ha.

Tabela - Relação dos Imóveis Vistoriados em 2010 pela SR (20)ES.

Nº de Ordem	Nome do Imóvel	Nº do Processo (54340...)	Município	Cód. INCRA	Área Cadastrada
1	Fazenda Santo Antônio	001874/2009-07	Colatina	502.049.001.503-4	747,3059
2	Fazenda Deus Dará	001452/2009-23	Ecoporanga	501.018.013.706-1	755,136
3	Fazenda São Libório	001749/2009-99	Muniz Freire	506.044.010.839-4	378,3942
4	Fazenda são Simão	001748/2009-44	Muniz Freire	506.044.010.839-4	384,41
5	Faz. Barro Branco Tabuleiro	001750/2009-13	Muniz Freire	506.044.070.293-4	601,85
6	Fazenda Japira	001756/2009-91	Nova venécia	502.065.011.649-5	1.580,14
7	Faz. Paulista	001388/2010-14	Pinheiros	503.053.009.148-6	1.161,40*
8	Faz. São Mateus	001759/2009-24	Nova Venécia	502.065.003.760-9	549,4367*
9	Faz. Soledade	000496/2010-70	Montanha	502.	3.000,00*
TOTAL					9.158,05*

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras – SR(20)/ES

* Até o fim de dezembro/10 os laudos ainda estavam sendo concluídos, por isso a área total da tabela diverge da área total que consta no SIR/Monitoramento.

VISTORIAS DE AVALIAÇÃO - 2010

As vistorias de avaliações são feitas após a constatação de improdutividade na vistoria preliminar e visam avaliar as benfeitorias e o valor da terra nua do imóvel para desapropriação. Estão diretamente relacionadas ao número de decretos emitidos. No exercício 2010 foram 07 decretos publicados, e 02 avaliações que tiveram como objetivos possíveis acordo envolvendo processos judiciais.

Tabela - Relação dos Imóveis Vistoriados para Avaliação em 2010 pela SR(20)ES

N.º de Ordem	Nome do Imóvel	N.º do Processo	Município	Cód.INCRA	Área
1	Três Barras	001755/2007-84	São Gabriel da Palha	502.081.007.056-0	409,10
2	Cachoeira Bonita	000508/2009-22	Brejetuba/Afonso Cláudio	504.017.009.466-2	408,52
3	Esmeralda	000850/2009-22	Afonso Cláudio	504.017.029.530-7	487,03
4	Itapocu	000148/2006-16	Serra	505.021.003.700-0	290,03
5	São João do Pouso Alto	000136/2008-53	São José do Calçado	507.121.005.150-6	129,36
6	Floresta e Texas	000245/2009-51	São Mateus	503.064.030.7859-5	702,21
7	Gavião	000805/2003-82	Ecoporanga	501.018.017.876-0	745,80
8	Mãe Santa	000806/2010-56	Ecoporanga	501.018.019.844-3	604,15
9	São Lucas	001450/2009-34	Ecoporanga	501.018.012.025-8	557,80
TOTAL					4.333,99

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras – SR(20)/ES

AJUIZAMENTOS REALIZADOS EM 2010

Uma vez decretado, avaliado e superados os obstáculos administrativos e ou jurídicos, é feito o ajuizamento da ação desapropriatória, que culmina na Imissão de Posse. A SR(20)/ES conseguiu o ajuizamento de ações envolvendo três imóveis rurais:

Tabela – Ajuizamentos realizados em 2010

N.º de Ordem	Nome do Imóvel	N.º do Processo (54340...)	Município	Cód.INCRA	Área Registrada
1	Fazendas Três Barras	001755/2007-84	São Gabriel da Palha	502.081.007.056-0	399,14
2	Fazenda Primavera	001301/2008-94	São Mateus	950.092.626.457-0	578,97
3	Córrego da Lagoa	000384/2009-85	Nova Venécia	502.065.021.490-0	380,12
TOTAL					1.358,23

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras – SR(20)/ES

IMISSÃO DE POSSE - 2010

Tendo a Imissão de Posse, o INCRA legalmente dá início a Criação do Projeto de Assentamento, o que no exercício 2010 somente ocorreu com um imóvel rural vistoriado pela SR(20)/ES:

Tabela – Imissão de Posse 2010

N.º de Ordem	Nome do Imóvel	N.ºdo Processo (54340...)	Município	Cód.INCRA	Área Registrada
1	Fazendas Três Barras	001755/2007-84	São Gabriel da Palha	502.081.007.056-0	399,14

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras – SR(20)/ES

PERÍCIAS JUDICIAIS-2010

No caso dos processos que se encontram na esfera judicial, para contrastar com o levantamento previamente realizado pelo INCRA, ocorre indicação um Perito Judicial para elaboração de laudo, cujo trabalho é acompanhado geralmente pelo agrônomo do INCRA responsável pelo Laudo em debate (Preliminar ou Avaliação).

Tabela - Perícias judiciais envolvendo ações da SR(20)/ES em 2010

N.º de	Nome do Imóvel	N.ºdo Processo	Município	Cód.INCRA	Área
1	Fazenda Santa	000321/2005-03	Presidente	508.063.002.810-0	1.343,63
2	Fazenda Cachoeira Bonita	000508/2009-22	Brejetuba e	504.017.009.466-2	541,4
3	Fazenda Esmeralda	000850/2009-22	Afonso Claudio	504.017.029.530-7	487,03
4	Fazenda Santa Helena	000110/2006-43	Baixo Guandu	502.014.000.167-7	466,4

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras – SR(20)/ES

CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO PELA SR(20)/ES - 2010

Finalmente, depois de superarem todos os obstáculos administrativos e ou judiciais (que são muitos), chega-se à fase de criação do Projeto de Assentamento, com a seleção dos beneficiários. A

SR(20)/ES, como já mencionado, somente conseguiu criar um projeto de assentamento no exercício 2010:

Tabela – Projetos de Assentamento criados em 2010

Nº	Imóvel	P.A	Área	Município	Nº de famílias
1	Faz. Floresta	Adão Preto	500,7	Nova Venécia / São Gabriel da Palha	39

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras – SR(20)/ES

CONCLUSÃO SOBRE AS METAS DE OBTENÇÃO NO EXERCÍCIO 2010

Tabela - Metas detalhadas para obtenção de imóveis rurais em 2010

Vist. Preliminar		Vist. de Avaliação		Assentamento					
				Desapropriação		Área Publica		Reassentamento	
Qtd	Área ha	Qtd	Área ha	Fam.	Área ha	Fam.	Área ha	Fam.	Área ha
29	16.040	5	1.970	125	4.511	10	220	150	1.500

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras – SR(20)/ES

Se considerarmos a meta apresentada 16.040 ha, somente com vistorias preliminares realizadas em 2010 que foram de 9.158 ha, atingiremos 57,09%, no entanto fizemos mais 09 vistorias de Avaliações atingindo uma área de 4.333 ha. Assim a meta real seria de 20.551 ha , sendo que vistoriamos (preliminar e avaliação) 13.491 há , atingindo assim 65,64 % das metas.

O não cumprimento da meta estabelecida para a SR(20)/ES em 2010 se deve a vários fatores, tais como a faltou recursos para custear diárias das equipes em campo (chegamos a passar praticamente três meses sem efetuar vistorias em virtude disso, quando necessitaríamos ao menos de duas vistorias por mês para termos possibilidades reais de cumprimento das metas), falta de profissionais capacitados em operar equipamentos topográficos, o que dificulta a formação de equipes fixa para vistorias, bem como a necessidade de atender a demanda de trabalhos de outras Divisões e Serviços da SR(20)/ES (sobretudo a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas) e de outras Superintendências.

Quanto à execução orçamentária de R\$ 133.694,77, os recursos foram gastos com os trabalhos de vistorias propriamente ditos, os quais requerem vários gastos além de indenizações de diárias e combustível, como o pagamento de locação de veículos (quando é necessário utilização de veículo não caracterizado) além dos gastos com todo o trabalho do setor jurídico no acompanhamento de processos judiciais, incluindo viagens ao TRF2, localizado no Estado do Rio de Janeiro, visitas a cartórios no interior, notificação de proprietários, etc.... Assim se fizermos uma análise de custos teremos: R\$ 133.694,77 dividido por 13.491 ha obtidos, o que totaliza um custo médio de R\$ 9,91 por hectare.

Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	261	0135	8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada	9	12	133,33	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
24.226,00	28.828,55	26.579,72	92,19	23.790,41	82,52	23.790,41	82,52

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

O INCRA segue as normas da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que estabelece que o assentamento de reforma agrária é uma atividade sujeita ao licenciamento ambiental e CONAMA Nº 387, com os procedimentos para esse tipo de licenciamento.

Durante o exercício de 2010 foram protocoladas 12 licenças junto ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA. Desse total, 1 (um) foi requerimento de Licença Prévia para fazenda que se apresentou improdutiva, 10 (dez) foram Licenças Ambientais de Regularização (LAR) e 01 (uma) Licença de Operação (LO) para os Assentamentos já consolidados pela Autarquia.

Tabela - Licenças Ambientais Protocoladas em 2010

Projeto de Assentamento Atendido	Município	Tipo de Licença	Famílias Beneficiadas
PA Ouro Verde	Muniz Freire	LAR	30
PA Olinda II	Pinheiros	LAR	86
PA Valdício Barbosa dos Santos	Conceição da Barra	LAR	89
PA Paulo Vinhas	Conceição da Barra	LAR	63
PA Maria Olinda	Pinheiros	LAR	86
PA Luiz Taliuly Neto	Guaçu	LAR	136
PA Monte Alegre	Muqui	LAR	60
PA Laje	Alto Rio Novo	LO	50
PA Madre Cristina	Pancas	LAR	35
PA Margarida Alves	Pancas	LAR	6
PA Palestrina	Mimoso do Sul	LAR	50
Fazenda São Lucas	Ecoporanga	LP	19
TOTAL			710

Fonte: Serviço de Meio Ambiente – SR20/ES

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA emitiu 06 licenças ambientais, sendo 01 LP e 05 LAR. Essas licenças beneficiam 230 famílias.

Tabela - Licenças Ambientais Emitidas em 2010

Projeto de Assentamento Atendido	Município	Tipo de Licença	Famílias Beneficiadas
PA Adão Preto	São Gabriel da Palha	LP	39
PA Paraíso	Alegre	LAR	40
PA Boa Esperança	Alto Rio Novo	LAR	46
PA São Felipe	Guaçu	LAR	18
PA Boa Vista	Ecoporanga	LAR	57
PA Ouro Verde	Muniz Freire	LAR	30
TOTAL			230

Fonte: Serviço de Meio Ambiente – SR20/ES

Ao final do exercício de 2010 a Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo contava com 20 assentamentos com Licenças em vigor, sendo que dessas 06 expedidas ao longo do ano, como descrito anteriormente, totalizando 14 LAR's e 06 LP. Essas licenças beneficiam um total de 758 famílias em todo o Estado.

O quadro a seguir apresenta a distribuição das licenças ambientais em vigor:

Tabela - Projetos de Assentamento com Licenças Ambientais em Vigor em 2010

Projeto de Assentamento Atendido	Município	Tipo de Licença	Famílias Beneficiadas
PA Paraíso	Alegre	LAR	40
PA Boa Esperança	Alto Rio Novo	LAR	46
Pa Ouro Verde	Muniz Freire	LAR	30
PA Adriano Machado	Montanha	LAR	73
PA Beija Flor	Alto Rio Novo	LAR	13
PA Santa Clara	Viana	LAR	31
PA São Sebastião	Montanha	LAR	83
PA Laje	Alto Rio Novo	LAR	50
PA Boa Vista	Ecoporanga	LAR	57
PA Madre Cristina	Pancas	LAR	35
PA Margarida Alves	Pancas	LAR	06
PA Palestrina	Mimoso do Sul	LAR	50
PA Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	LAR	45
PA São Felipe	Guaçuí	LAR	18
PA Sezinio Fernandes de Jesus	Linhares	LP	100
PA José Marcos de Araújo	Presidente Kennedy	LP	75
PA Lírio do Vale	Ecoporanga/ES Ataléia/MG	LP	100
PA Franqueza e Realeza	Ecoporanga/ES Carlos Chagas/MG	LP	43
PA São Gabriel	São Gabriel da Palha	LP	15
PA Adão Preto	São Gabriel da Palha	LP	39
TOTAL			758

Fonte: Serviço de Meio Ambiente – SR20/ES

2.2.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	4460	A	3	Área Obtida (há)	1.133,00	1.358,23	119,88	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
5.917.137,00	2.216.276,74	2.216.248,95	99,99	2.068.170,58	93,31	2.068.170,58	93,31

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

A Superintendência Regional do Espírito Santo obteve mediante desapropriações três imóveis rurais que totalizam uma área total de 1.358,23 hectares, superando em 19,88 % meta de 1.358,23 ha estabelecida para o exercício 2010.

Tabela – Imóveis rurais desapropriados pela SR(20)/ES em 2010

N.º de Ordem	Nome do Imóvel	N.ºdo Processo (54340...)	Município	Cód.INCRA	Área (HA)
1	Fazendas Três Barras	001755/2007-84	São Gabriel da Palha	502.081.007.056-0	399,14
2	Fazenda Primavera	001301/2008-94	São Mateus	950.092.626.457-0	578,97
3	Córrego da Lagoa	000384/2009-85	Nova Venécia	502.065.021.490-0	380,12
TOTAL					1.358,23

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Imp. Projetos de Assentamento – SR(20)/ES

Quanto a execução financeira, considerando a meta estipulada na P.O 2010 de R\$ 5.917.137,00 para a SR(20)ES, convém esclarecer que esses valor previsto levava em consideração outros imóveis que não tiveram decretos publicados devido a ações judiciais em andamento. Fizemos uso de 34,96% desse valor com três imóveis que tiveram executadas a ações de ajuizamentos e com o pagamento de benfeitorias em área devoluta anexa a um projeto de assentamento já existente, na qual serão assentadas mais dez famílias:

Tabela – Valores de benfeitorias e terras dos imóveis desapropriados pela SR(20)/ES em 2010

N.º de Ordem	Nome do Imóvel	N.ºdo Processo (54340)	Município	VB	VTN	VTI
1	Fazendas Três Barras	001755/2007-84	São Gabriel da Palha	472.900,85	1.903.807,80	2.376.708,65
2	Fazenda Primavera	001301/2008-94	São Mateus	974.092,80	2.827.494,34	3.801.587,14
3	Córrego da Lagoa	000384/2009-85	Nova Venécia	621.716,93	2.177.101,63	2.798.818,56
4	Indenização de Posseiros/ Terra Devoluta do P.A Santa Clara	001138/2008-60	Viana	148.078,37	x	X
TOTAL				2.216.788,85	6.908.403,77	9.125.192,50

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras e Imp. Projetos de Assentamento – SR(20)/ES

2.2.1.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	A	4	--	--	--	--	

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
--	480,04	480,04	100,00	480,04	100,00	480,04	100,00

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

O valor recebido e gasto por meio da ação 2272 (Gestão e Administração do Programa) foi diminuto, tendo em vista que a maior parte dos recursos utilizados foi descentralizado diretamente para suas respectivas ações (Cadastro e Seleção de Famílias, Vistorias e Obtenção de Terras).

2.2.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.2.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinicius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Famílias Atendidas	133	1.903	1.430,86	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
702.215,00	755.270,50	658.627,42	87,20	169.311,92	22,42	169.311,92	22,42

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

A SR 20, através da Divisão de Desenvolvimento, definiu como estratégia para atender às demandas por melhorias na infraestrutura viária dos assentamentos, a celebração de Termos de

Cooperação Técnica com Prefeituras Municipais, já que em praticamente todo o Estado elas vêm tendo dificuldades (do ponto de vista material, de recursos) em atender às necessidades das comunidades do meio rural no que tange à conservação das estradas e acessos aos locais de produção agropecuária. Com esse modelo de parceria, já utilizado no ano anterior com sucesso, o INCRA/ES disponibilizou às Prefeituras recursos a serem utilizados com esse propósito de forma a alavancar o desenvolvimento dos projetos de assentamento garantindo a trafegabilidade das estradas que lhes dão acesso, contribuindo também para que o poder público municipal tenha uma atuação mais próxima às comunidades dos Projetos de Assentamento, o que é positivo para a solução de problemas de outras naturezas, como saúde, educação e cidadania.

No exercício 2010 esses Termos de Cooperação Técnica foram celebrados junto às Prefeituras Municipais que fizeram solicitação de parceria através de ofício e também a outras que a Divisão de Desenvolvimento da regional julgou serem prioritárias devido às urgentes demandas por abertura de acesso aos lotes e construção de platôs para a aplicação do crédito instalação modalidade aquisição de materiais de construção. Ao todo foram celebrados 12 (doze) Termos de Cooperação Técnica, com os seguintes municípios: Pancas, Alto Rio Novo, Mantenópolis, Ecoporanga, Ponto Belo, Montanha, Conceição da Barra, Muqui, Mimoso do Sul, Bom Jesus do Norte, Viana e Santa Teresa. Em todos, o objeto foi a recuperação de estradas, abertura de acessos aos lotes ou a áreas de produção, abertura de platôs para construção de casas e terreiros e a abertura e reforma de bueiros. Para atingir esse objetivo, o INCRA comprou, de acordo com os projetos básicos de cada prefeitura, materiais como manilhas e óleo diesel enquanto as prefeituras entraram com o maquinário e mão-de-obra necessária.

A aquisição desses insumos pelo INCRA foi dificultosa, uma vez que os fornecedores locais não têm por hábito a comercialização eletrônica (como nos pregões) além de muitos não terem a documentação obrigatória para cadastramento no SICAF. Foram realizados dois pregões para compra do óleo diesel, e apenas um fornecedor se credenciou e arrematou dois lotes dos doze oferecidos. A compra se deu, em alguns casos, por dispensa de licitação, mas ainda assim não foram obtidos fornecedores para 4 (quatro) municípios: Pancas, Alto Rio Novo, Ecoporanga e Mimoso do Sul. A aquisição das manilhas se efetuou após o segundo pregão e foram entregues nos assentamentos pretendidos e em locais especificados pelas prefeituras para posterior translocação. O atraso no cronograma de execução das obras se deveu também, além dessa demora na compra e repasse de insumos (notadamente o óleo diesel), a problemas enfrentados pelas prefeituras com a disponibilização dos equipamentos e mão-de-obra.

A contratação dos serviços de elaboração dos projetos executivos para a construção das barragens nos PA's São Sebastião, Oziel Alves e Adriano Machado - localizados no município de Montanha/ES - ajudará na melhoria das condições sociais dos assentados, uma vez que possibilitará o acesso à água para consumo humano e irrigação das lavouras, que juntamente com os créditos do PRONAF irão gerar aumento na produção e, conseqüentemente, na renda das famílias.

Entre as adversidades à execução orçamentária do programa, deve-se destacar: o recolhimento dos recursos por parte da Sede antes mesmo do final do ano para atender a outras Superintendências; a impossibilidade de se convencer a Procuradoria Jurídica da SR(20)/ES a aceitar projetos básicos com cronograma que ultrapassem o ano vigente (de forma a dificultar a inscrição de recursos em restos a pagar); a demora na liberação das licenças ambientais pelos órgãos responsáveis, devido tanto ao volume de pedidos aos quais eles tem que atender quanto à falta da devida averbação da reserva legal de alguns Projetos de Assentamento.

Seguem relacionadas abaixo as obras e serviços de engenharia executadas no âmbito desta Superintendência Regional no exercício de 2010.

1. Projeto de Assentamento São Gabriel/São Gabriel da Palha (15 famílias).

Dispensa de Licitação
Processo Administrativo: 54340.000728/2010-90
Contratada: GLAZAR E CIA LTDA
Objeto: Aquisição de 1150 litros de óleo diesel para arar e gradear área demarcada de 9,2 há para início do plantio de alimentos
Valor do Contrato: R\$ 2.265,50
2010NE900314 - R\$ 2.265,50
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: D0137839619
Fonte: 0100
ED: 449030
2010OB802427

2. Projetos de Assentamento São Sebastião (73 famílias), Adriano Machado (74 famílias) e Oziel Alves (55 famílias) – Montanha/ES

Licitação: Tomada de Preços INCRA/SR(20)/CPL/Nº 01/2010
Processo Administrativo: 54340.000312/2010-71
Contratada: MESSIAS ANTONIO PICOLI
CNPJ: 07.584.670/0001-41
Objeto: Execução de serviços referente a elaboração de projetos executivos, caderno de especificações/encargos e planilhas orçamentárias, destinados a construção de barragens de terra e concreto.
Valor do Contrato: R\$ 99.500,00
2010NE900432 - R\$ 99.500,00
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: D0137839618
Fonte: 0100
ED: 449051
Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 99.500,00

3. Projetos de Assentamento Tomazzini (39) - Santa Tereza/ES, 17 de Abril (78 famílias) e Monte Alegre (60 famílias) – Muqui/ES, Beija Flor (13 famílias), Lage (50 famílias) e Boa Esperança (46 famílias - Alto Rio Novo/ES, Santa Rita (50 famílias) - Bom Jesus do Norte/ES, Santa Clara (37 famílias) – Viana/ES, Madre Cristina (35 famílias), Margarida Alves (6 famílias) e Geraldo Sperandio (71 famílias) – Pancas/ES, Otaviano Rodrigues de Carvalho (98 famílias) - Ponto Belo/ES, Rancho Alegre (56 famílias), União (56 famílias), Ernesto Che Guevara (45 famílias) e Palestrina (50 famílias) - Mimoso do Sul/ES, Valdicio Barbosa dos Santos (89 famílias), Pontal do Jundiá (48 famílias) e Paulo Vinhas (63 famílias) -Conceição da Barra/ES

Licitação: Pregão Eletrônico Nº 11/2010

Processo Administrativo: 54340.000678/2010-4171

Contratada: CIDADE ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 36.221.828/0001-17

Objeto: Aquisição de manilhas para abertura e construção de estradas, construção bueiros e fossas sépticas..

Valor do Contrato: R\$ 153.693,94

2010NE900429 - R\$ 153.693,94

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839619

Fonte: 0100

ED: 449030

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 90.437,90

Valor do Contrato: R\$ 161.264,00

2010NE900429 - R\$ 161.264,00

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: C0137839619

Fonte: 0100

ED: 449030

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 127.648,49

4. Projetos de Assentamento: Otaviano Rodrigues de Carvalho (98 famílias)- Ponto Belo/ES, Oziel Alves (55 famílias), Adriano Machado (74 famílias), São Sebastião (73 famílias), Francisco Domingos Ramos (25 famílias), Córrego do Balão (7 famílias) e Bela Vista (34 famílias) – Montanha/ES

Licitação: Pregão Eletrônico Nº 10/2010

Processo Administrativo: 54340.000586/2010-61

Contratada: SERVICENTRO OLIVEIRA RIOS LTDA.

CNPJ: 30.560.379/0001-55

Contrato: 12/2010

Objeto: Aquisição de óleo diesel para abertura e construção de estradas, construção bueiros e fossas sépticas.

Valor do Contrato: R\$ 39.600,00

2010NE900418 - R\$ 39.600,00

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839619

Fonte: 0100

ED: 449030

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 37.460,00

5. Projetos de Assentamento: Santa Rita (50 famílias) – Bom Jesus do Norte/ES

Licitação: Dispensa de Licitação por pregão ter sido deserto
Processo Administrativo: 54340.000586/2010-61
Contratada: AUTO POSTO 2000 LTDA.
CNPJ: 10.834.188/0001-27
Contrato: 17/2010
Objeto: Aquisição de óleo diesel para abertura e construção de estradas, construção bueiros e fossas sépticas.
Valor do Contrato: R\$ 15.920,00
2010NE900488 - R\$ 15.920,00
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: D0137839619
Fonte: 0100
ED: 449030
Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 5.899,14

6. Projetos de Assentamento: Sezinio Fernandes de Jesus (100 famílias) Linhares/ES

Licitação: Convite INCRA/SR(20)/nº 02/2010
Processo Administrativo: 54340.00103/2010-54
Contratada: VEE-EMPREENDEMENTOS E ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 01.369.410/0001-77
Contrato: 26/2010
Objeto: Abertura de acessos aos lotes e abertura de platôs para construção de moradias rurais no Pa Sezinio Fernandes de Jesus
Valor do Contrato: R\$ 24.056,98
2010NE900627 - R\$ 24.056,98
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: D0137839619
Fonte: 0100
ED: 449039
2010OB802423

7. Projetos de Assentamento: Monte Alegre (60 famílias) e 17 de Abril (78 famílias) - Muqui/ES

Licitação: Dispensa de Licitação por pregão ter sido deserto
Processo Administrativo: 54340.001502/2010-14
Contratada: AUTO SERVIÇO PINELLI LTDA
CNPJ: 27.255.199/0001-55
Contrato: 28/2010
Objeto: Aquisição de óleo diesel para abertura e construção de estradas, construção bueiros e fossas sépticas.
Valor do Contrato: R\$ 35.458,55
2010NE900641 - R\$ 35.458,55
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: C0137839619
Fonte: 0100
ED: 449030
Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 32.138,38

8. Projetos de Assentamento: São Sebastião (73 famílias) - Montanha/ES

Licitação: Dispensa de Licitação
Processo Administrativo: 54340.001557/2010-16
Contratada: - COMERCIO PRE-MOLDADOS MONTANHA LTDA
CNPJ: 00412823/0001-24
Contrato: 28/2010
Objeto: Aquisição de 50m³ de pedras marroada/brita, destinadas à drenagem de 100m de estradas.
Valor do Contrato: R\$ 2.250,00
2010NE900684 - R\$ 2.250,00
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: C0137839619
Fonte: 0100
ED: 449030
2010OB802463

9. Projetos de Assentamento: Tomazzini (39 famílias) - Santa Teresa/ES

Licitação: Dispensa de Licitação por pregão ter sido deserto
Processo Administrativo: 54340.001506/2010-94
Contratada: POSTO CANAÃ LTDA
CNPJ: 30.977.938/0001-27
Contrato: 29/2010
Objeto: Aquisição de óleo diesel para abertura e construção de estradas, construção bueiros.
Valor do Contrato: R\$ 16.320,00
2010NE900641 - R\$ 16.320,00
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: C0137839619
Fonte: 0100
ED: 449030
Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 16.320,00

10. Projetos de Assentamento: Valdicio Barbosa dos Santos (89 famílias), Pontal do Jundiá (48 famílias), Rio Preto/Itaúnas (30 famílias), Independência (10 famílias) e Paulo Vinhas (63 famílias) - Conceição da Barra/ES

Licitação: Dispensa de Licitação por pregão ter sido deserto
Processo Administrativo: 54340.001504/2010-03
Contratada: POSTO DA BARRA LTDA-EPP
CNPJ: 02.772.373/0001-06
Contrato: 30/2010
Objeto: Aquisição de óleo diesel para abertura e construção de estradas, construção bueiros.
Valor do Contrato: R\$ 32.320,00
2010NE900607 - R\$ 32.320,00
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: C0137839619
Fonte: 0100
ED: 449030
Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 28.280,00

11. Projetos de Assentamento: Padre Pedro (37 famílias) e Florêncio Tozzo (36 famílias) - Mantenópolis/ES

Licitação: Dispensa de Licitação por pregão ter sido deserto
Processo Administrativo: 54340.001505/2010-40
Contratada: EMPRESA AUTO POSTO PICINATTI LTDA ME
CNPJ: 03.811.578/0001-16
Contrato: 31/2010
Objeto: Aquisição de óleo diesel para abertura e construção de estradas, construção bueiros.
Valor do Contrato: R\$ 26.280,00
2010NE900619 - R\$ 26.280,00
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: C0137839619
Fonte: 0100
ED: 449030
Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 21.802,48

12. Projetos de Assentamento: PA Santa Clara (37 famílias) - Viana/ES

Licitação: Dispensa de Licitação por pregão ter sido deserto
Processo Administrativo: 54340.001505/2010-40
Contratada: MUNDIAL DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
CNPJ: 04.727.601/0001-51
Contrato: 24/2010
Objeto: Aquisição de óleo diesel para abertura e construção de estradas, construção bueiros.
Valor do Contrato: R\$ 7.499,75
2010NE900626 - R\$ 7.499,75
Programa de Trabalho: 022111
Plano Interno: C0137839619
Fonte: 0100
ED: 449030
Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 7.499,75

13. Projetos de Assentamento Tomazzini (39 famílias) Santa Teresa

Licitação: Pregão Eletrônico nº 16/2010

Processo Administrativo: 54340.000978/2009-96

Contratada: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO SANTO ANTÔNIO DO CANAÃ

CNPJ: 08.595.657/0001-50

Objeto: Aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação do Galpão do PA Tomazzini

Valor: R\$ 19.869,35

2010NE900608 - R\$ 11.281,81

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839640

Fonte: 0100

ED: 449030

2010NE900609 - R\$ 664,65

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839640

Fonte: 0100

ED: 449030

2010NE900610- R\$ 7.922,89

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839640

Fonte: 0100

ED: 449030

2010OB802406

14. Projetos de Assentamento Tomazzini (39 famílias) - Santa Teresa/ES

Licitação: Pregão Eletrônico nº 16/2010

Processo Administrativo: 54340.000978/2009-96

Contratada: KATIA WALESKA DEL BIANCO -ME

CNPJ: 09.651.300/0001-05

Objeto: Aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação do Galpão do PA Tomazzini

Valor: R\$ 3.432,63

2010NE900611 - R\$ 3.432,63

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839640

Fonte: 0100

ED: 449030

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 3.432,63

Contratada: CEDRO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA -ME

CNPJ: 09.534.577/0001-58

Objeto: Aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação do Galpão do PA Tomazzini

Valor: R\$ 4.510,73

2010NE900633 - R\$ 4.510,73

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839640

Fonte: 0100

ED: 449030

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 4.510,73

15. Projetos de Assentamento Tomazzini (39 famílias) - Santa Teresa/ES, Palestrina (50 famílias) - Mimoso do Sul/ES e Margarida Alves (06 famílias) – Pancas/ES

Licitação: Pregão Eletrônico nº 28/2010

Processo Administrativo: 54340.001556/2010-71

Contratada: CEDRO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA -ME

CNPJ: 09.534.577/0001-58

Objeto: Aquisição de materiais para construção do Galpão do PA Tomazzini e para abastecimento de água no PA Margarida Alves

Valor: R\$ 5.879,84

2010NE900794 - R\$ 5.879,84

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839640

Fonte: 0100

ED: 449030

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 5.879,84

Contratada: HG COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA LTDA

CNPJ: 04.722.894/0001-84

Objeto: Aquisição de materiais para abastecimento de água nos PA Palestrina

Valor: R\$ 4.566,66

2010NE900793 - R\$ 4.566,66

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839640

Fonte: 0100

ED: 449052

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 4.566,66

Contratada: HG COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA LTDA

CNPJ: 04.722.894/0001-84

Objeto: Aquisição de materiais para abastecimento de água nos PA Palestrina

Valor: R\$ 3.939,50

2010NE900633 - R\$ 3.939,50

Programa de Trabalho: 022111

Plano Interno: D0137839640

Fonte: 0100

ED: 449030

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 3.939,50

2.2.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	4	Famílias Atendidas (unidade)	51	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
70.786,00	269.460,15	269.379,76	99,97	39.324,58	14,59	39.324,58	14,59

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

No exercício de 2010 foram contratados os serviços de georreferenciamento de perímetro, levantamento topográfico cadastral planialtimétrico, coleta de cartas de anuência dos confrontantes e processamento de dados, elaboração de peças técnicas que servirão para subsidiar a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e o Setor de Meio Ambiente na elaboração do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), na divisão e demarcação das parcelas, demarcação da Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, identificação das áreas para implantação de

obras de infraestrutura como barragens dentre outros.

1. Projetos de Assentamento de Assentamento Franqueza e Realeza (100 famílias) - Ecoporanga/ES e José Marcos de Araújo Santos (75 famílias) - Presidente Kennedy/ES
Licitação: Tomada de Preço INCRA / SR-20 /CPL/N.º 02/2010
Processo Administrativo: 54340.000694/2010-33
Contrato de CRT / ES / N.º 19/2010
Contratada: AGROPLAN CONSULTORIA PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGRÍCOLA LTDA.
Objeto: Serviço de georreferenciamento de perímetro, levantamento topográfico cadastral planialtimétrico, coleta de cartas de anuência dos confrontantes e processamento de dados, elaboração de peças técnicas do PA Franqueza e Realeza e do PA José Marcos de Araújo Santos.
Valor do Contrato: R\$ 223.315,40
Lote I
<ul style="list-style-type: none">• Valor: R\$ 124.833,71• Programa de Trabalho: 022112• Plano Interno: C0137839820• Fonte: 0176• ED: 339039
Lote III
<ul style="list-style-type: none">• Valor: R\$ 3.281,69• Programa de Trabalho: 022112• Plano Interno: C0137839820• Fonte: 0176• ED: 339039
<ul style="list-style-type: none">• Valor: R\$ 95.200,00• Programa de Trabalho: 022112• Plano Interno: D0137839820• Fonte: 0176• ED: 339039

<p>2. Projeto de Assentamento de Assentamento Adão Pedro (39 famílias) São Gabriel da Palha/ES</p>
<p>Licitação: Tomada de Preço INCRA / SR-20 /CPL/N.º 02/2010</p> <p>Processo Administrativo: 54340.000694/2010-33</p> <p>Contrato de CRT / ES / N.º 20/2010</p> <p>Contratada: LATITUDE CONSULTORIA GEORREFERENCIAMENTO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL</p> <p>Objeto: Serviço de georreferenciamento de perímetro, levantamento topográfico cadastral planialtimétrico, coleta de cartas de anuência dos confrontantes e processamento de dados, elaboração de peças técnicas do PA Adão Preto.</p> <p>Valor do Contrato: R\$ 39.315,40</p> <p>Lote III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor: R\$ 39.144,75 • Programa de Trabalho: 022112 • Plano Interno: C0137839820 • Fonte: 0176 • ED: 339039

Existe uma diferença entre os recursos orçamentários da contratação dos serviços e o disponibilizado, que se deve aos gastos para acompanhamento dos contratos de prestação dos serviços, tais como diárias, combustível e manutenção de viaturas.

2.2.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	4	Família Beneficiada (unidade)	270	166	61,48	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
108.087	118.086,83	106.968,40	90,58	106.968,40	90,58	106.968,40	90,58

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

A ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol propicia o incremento de renda dos Projetos de Assentamento através de atividades socioeconômicas sustentáveis que valorizem as características regionais, suas experiências e potencialidades.

Neste exercício foram contratados os serviços que atenderam a 166 (cento e sessenta e seis famílias) diretamente - 15 (quinze) no PA Chapadão do Rio Quartel e 151 (cento e cinquenta e uma) no PA Zumbi dos Palmares – e, indiretamente, a muitas outras por meio do apoio à realização da 6ª Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Espírito Santo – FEAFES, realizada em Vitória/ES, o qual propiciou a divulgação da produção da agricultura familiar, dos assentados da Reforma Agrária, comunidades quilombolas, indígenas e agricultores do Crédito Fundiário, ocorrendo venda direta de produtos, interação dos produtores com os consumidores urbanos, realização de oficinas artesanais entre outros.

A descrição da execução orçamentária desta ação está detalhada abaixo:

1. Projeto de Assentamento Chapadão do Rio Quartel/ Linhares (15 famílias).
Dispensa de Licitação Processo Administrativo: 54340.000306/2010-14 Contratada: FELIPE MARCHIORI MARGON CPF: 055.260.207-89 Objeto: Elaboração de projeto de reforma do galpão. Valor do Contrato: R\$ 4.000,00 2010NE900156 - R\$ 4.000,00 Programa de Trabalho: 001640 Plano Interno: D0137432016 Fonte: 0176 ED: 339036 2010OB800585 2010NE0900106 - R\$ 800,00 Programa de Trabalho: 001640 Plano Interno: D0137432016 Fonte: 0176 ED: 339047 2010GP800032

2. Projeto de Assentamento Chapadão do Rio Quartel/ Linhares (15 famílias).

Dispensa de Licitação
Processo Administrativo: 54340.000347/2010-19
Contratada: CEDRO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
CNPJ: 09.534.577/0001-58
Objeto: Aquisição de material de construção para reforma do galpão do PA Chapadão do Rio Quartel
Valor do Contrato: R\$ 22.273,26
2010NE900262 - R\$ 22.273,26
Programa de Trabalho: 001640
Plano Interno: D0137432016
Fonte: 0176
ED: 339030
2010OB801894

3. Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares/São Mateus (151 famílias).

Dispensa de Licitação
Processo Administrativo: 54340.000368/2010-26
Contratada: ENGENORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ: 07039413/0001-29
Objeto: Serviços de Adaptação de Estrutura para Instalação de Equipamentos de Beneficiamento de Café no PA Zumbi dos Palmares.
Valor do Contrato: R\$ 13.336,83
2010NE900235 - R\$ 13.336,83
Programa de Trabalho: 001640
Plano Interno: D0137432016
Fonte: 0176
ED: 339039
2010OB800981

4. 6ª Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Espírito Santo - FEAFES.

Dispensa de Licitação
Processo Administrativo: 54340.000926/2010-53
Contratada: PROPLASTICO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
CNPJ: 06.160.590/0001-04
Objeto: Confecção de sacolas alça plástico oxibiodegradável impressa para atender a FEAFES.
Valor do Contrato: R\$ 4.658,36
2010NE900383 - R\$ 4.300,00
2010NE900389 - R\$ 358,33
Programa de Trabalho: 001640
Plano Interno: C0137432016
Fonte: 0176
ED: 339039
2010OB801085 de 08/07/2010

5. 6ª Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Espírito Santo - FEAFES.

Dispensa de Licitação
Processo Administrativo: 54340.000925/2010-17
Contratada: DADALTO EVENTOS LTDA
CNPJ: 00.375.260/0001-41
Objeto: Locação de 12 sanitários portáteis com manutenção diária para atender a FEAFES.
Valor do Contrato: R\$ 5.000,00
2010NE900381 - R\$ 5.000,00
Programa de Trabalho: 001640
Plano Interno: C0137432016
Fonte: 0176
ED: 339039
2010OB801124 de 13/07/2010

6. 6ª Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Espírito Santo - FEAFES.

Dispensa de Licitação
Processo Administrativo: 54340.000923/2010-10
Contratada: AGRO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA ME
CNPJ: 08.237.431/0001-88
Objeto: Contratação serviço de sonorização para atender a FEAFES.
Valor do Contrato: R\$ 6.000,00
2010NE900382 - R\$ 6.000,00
Programa de Trabalho: 001640
Plano Interno: C0137432016
Fonte: 0176
ED: 339039
2010OB801136 de 14/07/2010

7. 6ª Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Espírito Santo - FEAFES.

Licitação: Pregão Eletrônico 006/2010
Contrato 06/2010 Publicado DOU 22/06/2010
Processo Administrativo: 54340.000677/2010-04
Contratada: DADALTO EVENTOS LTDA
CNPJ: 00.375.260/0001-41
Objeto: Locação, Montagem e Desmontagem de toldos tipo Pavilhão e Stands para a FEAFES.
Valor do Contrato: R\$ 42.700,00
2010NE900345 - R\$ 42.700,00
Programa de Trabalho: 001640
Plano Interno: C0137432016
Fonte: 0176
ED: 339039
2010OB801125

8. Evento realizado pela Cooperativa Central dos Assentamentos do Espírito
Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.001728/2010-15
Contratada: VISAUTO COMERCIO DE ACESSORIOS DE LAZER E
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 07.520.845/0001-57
Objeto: Prestação de serviço de montagem e desmontagem de unidades sanitárias.
Valor do Contrato: R\$ 5.000,00
2010NE900747 - R\$ 5.000,000
Programa de Trabalho: 001640
Plano Interno: D0137432016
Fonte: 0176
ED: 339039
2010OB802368

9. Evento realizado pela Cooperativa Central dos Assentamentos do Espírito

Dispensa de Licitação
Processo Administrativo: 54340.001729/2010-51
Contratada: MARCIA VALERIA MATTOS SANTOS –ME
CNPJ: 03.240.760/0001-64
Objeto: Prestação de serviço de sonorização.
Valor do Contrato: R\$ 3.200,00
2010NE900747 - R\$ 3.200,000
Programa de Trabalho: 001640
Plano Interno: D0137432016
Fonte: 0176
ED: 339039
2010OB802346

Vale destacar que houve projetos de assentamento que não foram atendidos no ano de 2010 por falta de recursos orçamentários. Podemos citar o caso da aquisição de equipamentos e construção de uma unidade de beneficiamento de café e pimenta do reino no PA Tomazzini , a aquisição de uma piladeira de café móvel para o PA Padre Pedro, a construção dos galpões para instalação dos secadores de café e pimenta do reino nos PA's Vale da Vitória e Valdício Barbosa dos Santos, a construção de uma unidade de beneficiamento de café no PA Santa Fé e a aquisição de secador de café para o PA Travessia, que possibilitaria um incremento na comercialização deste produtos gerando aumento da renda das famílias.

2.2.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	4	Doc. de	105	730	695,24	----

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
15.291,00	15.292,00	15.248,42	99,72	15.248,42	99,72	15.248,42	99,72

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

O contrato de Concessão de Uso (CCU), por ser o instrumento que formaliza o vínculo do beneficiário da reforma agrária à parcela do assentamento é de fundamental importância para o

assentado. Muitos beneficiários de assentamentos já estruturados, juntos com novos assentados receberam, por direito, o CCU no ano de 2010, conforme tabela a seguir:

Tabela - Contratos de Concessão de Uso publicados em 2010

Projeto de Assentamento	Município	Números de documentos emitidos
Celestina	Nova Venécia	1
Laje	Alto Rio Novo	5
Pip-Nuck	Nova Venécia	1
São Sebastião	Montanha	2
Travessia	Nova Venécia	1
Castro Alves	Pedro Canário	116
Floresta	Alegre	2
Franqueza e Realeza	Ecoporanga	105
José Marcos de Araújo	Presidente Kennedy	61
Monte Alegre	Muqui	47
Nova Safra	Itapemirim	2
São Felipe	Guaçui	1
São Gabriel	São Gabriel da Palha	14
Chapadão do Rio Quartel	Linhares	2
Ouro Verde	Muniz Freire	2
3 Corações	Barra de São Francisco	8
Córrego do Augusto	Nova Venécia	1
Florestan Fernandes	Guaçui	4
Santa Fé	Apiacá	1
Adão Preto	Nova Venécia	13
Gaviãozinho	Nova Venécia	23
Luiz Taliuly Neto	Guaçui	5
Madre Cristina	Pancas	1
Paulo Vinhas	Conceição da Barra	47
Santa Rita	Bom Jesus do Norte	45
Boa Vista	Ecoporanga	3
Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	7
Nova Esperança	Aracruz	2
16 de Abril	Águia Branca	36
Rancho Alegre	Mimoso do Sul	1
Rodeio	Nova Venécia	1
União	Mimoso do Sul	1
Lírio dos Vales	Ecoporanga	23
Georgina	São Mateus	53
Otaviano Rodrigues de	Ponto Belo	70
Ita	Itaguaçu	1
Sezinio Fernandes de Jesus	Linhares	13
Teixeirinha	Apiacá	3
Tomazzini	Santa Tereza	3
Valdício Barbosa dos	Conceição da Barra	2
Córrego da Lage	Mucurici	1
Zumbi dos Palmares	São Mateus	97
TOTAL		827

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento SR20/ES

Devido à desistência de alguns beneficiários de assentamento, inclusão de cônjuge, retirada de cônjuge, como também erro na impressão dos dados na publicação dos boletins de CCU, foi realizada uma série de cancelamento de CCU, como mostra a seguir:

Tabela - Contratos de Concessão de Uso Cancelados em 2010

Projeto de Assentamento	Município	Números de documentos cancelados
São Felipe	Guaçu	1
Sezinio Fernandes de Jesus	Linhães	2
Tomazzini	Santa Tereza	1
Nova Safra	Itapemirim	6
Oziel Alves	Montanha	2
São Sebastião	Montanha	1
Boa Vista	Ecoporanga	2
Ouro Verde	Muniz Freire	3
Córrego da Lage	Mucurici	8
União	Mimoso do Sul	1
Olinda II	Pinheiros	2
Teixeirinha	Apiacá	5
Florestan Fernandes	Guaçu	4
Valdício Barbosa dos Santos	Conceição da Barra	2
Luiz Taliuly Neto	Guaçu	1
Franqueza e Realeza	Ecoporanga	7
São Gabriel	São Gabriel da Palha	2
José Marcos de Araújo Santos	Presidente Kennedy	6
Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	3
Celestina	Nova Venécia	1
Santa Fé	Apiacá	1
Córrego do Augusto	Nova Venécia	2
3 Corações	Barra de São Francisco	2
Santa Rita	Bom Jesus do Norte	1
Travessia	Nova Venécia	1
Boa Vista	Ecoporanga	1
26	TOTAL	68

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento SR20/ES

O cumprimento das exigências para emissão de Títulos Definitivos, conforme estabelecido na Instrução Normativa 30 de 24/02/2006, é um desafio a ser enfrentado pela Superintendência Regional, uma vez que conforme seu Artigo 5º:

a transferência provisória ou definitiva de área de projeto de assentamento atenderá, cumulativamente, aos requisitos abaixo, e que a maioria dos Projetos de Assentamento não atende:

I - averbação da ação expropriatória no Registro de Imóveis competente e do auto de imissão de posse, para a transferência provisória, no caso de CCU e matrícula, registro ou transcrição da área em nome do Incra ou da União, para a transferência definitiva, no caso de TD;

II - cadastramento do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, em nome do Incra, ou em nome da União;

III - planta e memorial descritivo do imóvel, georreferenciado, com o parcelamento, se for o caso;

IV - registro da planta geral e respectivo memorial descritivo do projeto de assentamento criado e das parcelas, se for o caso, no Cartório de Registro de Imóveis competente;

V - averbação pelo INCRA da área de reserva legal, quando comunitária, no caso de TD; e

V- definição dos valores básicos a serem considerados para a alienação do imóvel, que constarão do TD, apurados na forma estabelecida pelo art. 18, da Lei nº 8.629, de 1993.”

Os procedimentos administrativos para a destinação de terras públicas da União e do INCRA estão dispostos na Norma de Execução nº 33 de 14/07/2003, seguindo as formas de doação, cessão e concessão de uso.

No ano de 2010 foram destinadas as áreas conforme tabela abaixo:

Tabela - Processos De Destinação De Áreas Para Entidade Públicas E Privadas

Processo Administrativo	Projeto de Assentamento	Município	Finalidade	Área m²/ha
54340.001372/2009-78	Zumbi dos Palmares	São Mateus	Escola	6.440 m²
54340.000557/2008-87	Paulo Vinhas	Conceição da Barra	Quadra Poliesportiva e Despolpadora de Frutas	0,1479 ha e 0,3755 ha
54340.001347/2008-11	Travessia	Nova Venécia	Igreja Católica	2.167,38 m²
54340.000025/2009-28	Travessia	Nova Venécia	Sede da Associação e Campo de Futebol	16.250,45 m²

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – SR(20)/ES

Durante o exercício de 2010 tramitaram outros 37 (trinta e sete) processos administrativos referentes a destinação de área. Todavia, a falta de recursos orçamentários para viabilizar o deslocamento de técnicos a campo, a falta de disponibilidade de servidores da cartografia para esta ação e a dificuldade das entidades de fornecerem os documentos conforme estabelecido na Norma de Execução, fazem com que haja demora na tramitação do processo (e, conseqüentemente, o prazo de validade desses documentos expire), são os principais entraves a agilidade na publicação da concessão, doação e/ou cessão das áreas.

Ainda com recursos dessa ação, foram realizados o levantamento da situação ocupacional dos Projetos de Assentamento Miragem, Luiz Taliuly Neto e Piranema conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 47/2008, bem como verificadas situações pontuais de irregularidades (41, no total) nos demais Projetos de Assentamento e adotadas as providências conforme determina a legislação com notificações ao beneficiários da situações irregulares, envio de ofícios que culminaram em ações de reintegração de posse e de regularização de famílias.

2.2.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ricardo França.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	10YN	P	4	Projeto	---	---	----	----

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

Esta ação não foi prevista para execução na SR(20)/ES em 2010.

2.2.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Celso Lisboa de Lacerda**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	1/2/3/4	famílias	9	30	333,33	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
44.545,00	577.383,04	495.306,38	85,78	378.497,72	65,55	378.497,72	65,55

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

Entre tantas atividades a Ação de Manejo Ambiental está voltada para recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal, além do cumprimento de condicionantes ambientais para a obtenção e manutenção de licenciamento para os projetos de assentamento.

Além disso, existem demandas que são colocadas por outros órgãos externos, como é o caso do Projeto Corredor Ecológico do MMA ou, como é caso PA Ouro Verde, atendimento às Recomendações da Procuradoria da República.

Ao longo de 2010, 09 projetos de assentamento foram contemplados com atividades de manejo ambiental, nas quais foram aplicados os recursos destinados à ação, bem como ao seu custeio.

Segue abaixo a descrição dos projetos de manejo ambiental elaborados e executados pelo corpo técnico da Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo. Esses projetos visam atender às condicionantes das Licenças Ambientais e ao Plano de Gestão Ambiental elaborado em 2006 pela Autarquia.

ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES
<p>Projeto com início de sua implantação em setembro/10 e ainda em fase de execução. Motivo: Atender a demanda dos próprios assentados (que atende ao Plano de Gestão Ambiental). Objetivo: Cercar 5,46 km de nascentes. 151 famílias beneficiadas. Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida dos assentados. Material Adquirido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 109 und de estacas de eucalipto Ø de 15-17 cm; • 1.712 und de estacas de eucalipto Ø 10-12 cm; • 48 rl de arame 500 m; • 32 kg de grampo;

ASSENTAMENTO CORREGO DA LAGE
<p>Projeto com início de implantação em setembro/2010 e finalizado em dezembro/2010. Motivo: Cercamento de nascente (demanda do próprio assentado - que atende ao Plano de Gestão Ambiental). Objetivo: Cercamento de 1 nascente. 1 família beneficiada. Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.</p>

ASSENTAMENTO CORREGO DO AUGUSTO

Projeto foi iniciado em maio/08, complementado em 2010 e finalizado em janeiro/2011.
Motivo: Localização do Assentamento em área prioritária do Corredor Ecológico Pedra do Elefante.
Objetivo: Cercar 10,5 km de Reserva Legal e 1,8 km de APP, recuperação de 3,5 ha de área degradada no PA e reflorestamento de 8,5 ha.
25 famílias beneficiadas.
Execução realizada através de pessoa jurídica

ASSENTAMENTO 03 CORAÇÕES

AÇÃO 1:

Acompanhar finalização do projeto iniciado em maio/2008 e finalizado em agosto/2010.
Motivo: Demanda pela Divisão de Desenvolvimento do INCRA (que atende ao Plano de Gestão Ambiental).
Objetivo: Cercar e plantar através de mutirão 32,91 ha de Reserva Legal do PA.
156 famílias beneficiadas.
Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.
Mudas de espécies nativas adquiridas através de doação pela SEAG.

AÇÃO 2:

Projeto com início de sua implantação em setembro/2010 e ainda em finalização.
Motivo: Demanda pela Divisão de Desenvolvimento do INCRA (que atende ao Plano de Gestão Ambiental).
Objetivo: Cercar através de mutirão 10,48 km de Reserva Legal do PA.
156 famílias beneficiadas.
Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.

AÇÃO 3:

Projeto com início em agosto/2010 e término em outubro/2010
Motivo: Demanda pela Divisão de Desenvolvimento do INCRA (que atende ao Plano de Gestão Ambiental).
Objetivo: Colocar 12 placas que identifiquem as áreas de RL.
156 famílias beneficiadas.
Execução realizada através da contratação de Pessoa Jurídica

ASSENTAMENTO TRAVESSIA

AÇÃO 1:

Acompanhar finalização do projeto iniciado em agosto/09 e finalizado em julho/2010.
Motivo: Licenciamento ambiental da barragem do assentamento junto ao IDAF.
Objetivo: 3,7 km de cerca construída para isolar 1,28 ha de Área de Preservação Permanente da barragem e margem do Rio do Norte.
21 famílias beneficiadas.
Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.
2500 Mudas de espécies nativas recebidas por doação da SEAG.
Material Adquirido:

- 74 und de estacas de eucalipto Ø de 16-20 cm;
- 1163 und de estacas de eucalipto Ø 10-13 cm;
- 30 rl de arame 500 m;
- 26 kg de grampos.

ASSENTAMENTO TRAVESSIA (continuação)
<p>AÇÃO 2: Projeto com início de sua implantação em setembro/2010 e ainda em finalização. Motivo: Demanda para averbação da RL (que atende ao Plano de Gestão Ambiental). Objetivo: Cercar através de mutirão 3,16 km de Reserva Legal do PA. 21 famílias beneficiadas. Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado Material Adquirido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 65 und de estacas de eucalipto Ø de 15-17 cm; 956 und de estacas de eucalipto Ø 10-12 cm;

ASSENTAMENTO SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS
<p>Ação1: Projeto com início de sua implantação em setembro/2010 e finalizado em dezembro/2010. Motivo: Cumprimento de condicionantes da Licença Ambiental de Regularização. Objetivo: Isolar APP de lagoa através do cercamento de 11,68 km. 100 famílias beneficiadas. Execução realizada através da contratação de Pessoa Jurídica</p>
<p>Ação2: Projeto com início de sua implantação em novembro/2010 e finalizado em dezembro/2010. Motivo: Cumprimento de condicionantes da Licença Ambiental de Regularização. Objetivo: Isolar 1,4 km de RL 100 famílias beneficiadas. Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do proprietário vizinho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 22 dz de estacas de eucalipto Ø de 11-14 cm; • 2 dz de estacas de eucalipto Ø de 15-18 cm; • 3 rl de arame liso 1000m.

ASSENTAMENTO BOA VISTA
<p>AÇÃO 1: Acompanhar a finalização da primeira etapa do projeto iniciado em maio/09 e ainda sem previsão para terminar. Motivo: Atendimento ao Licenciamento Ambiental Objetivo: Reflorestamento de 44,30 ha em duas etapas das áreas em pasto da Reserva Legal 57 famílias beneficiadas. Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado. 1000 mudas de espécies exóticas (seringueira) e 10000 mudas de espécies nativas recebidas por doação da SEAG através do programa Campo Sustentável. Material Adquirido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3000 L de Óleo diesel para o trator da associação; • 7000 kg de adubo, 4250 kg de calcário; • Equipamentos de proteção individual; • 60 kg de formicida; • 8 kg de inseticida • 1050 kg de fertilizante.
<p>AÇÃO 2: Projeto com início de sua implantação em outubro/10 e ainda em finalização Motivo: Atendimento ao Licenciamento Ambiental Objetivo: Implantação de bebedouros bovinos para evitar acesso de gado a 73,95 ha de APP. 57 famílias beneficiadas. Execução realizada através da contratação de pessoa jurídica. Material Adquirido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 57 bebedouros para gado. •

ASSENTAMENTO OURO VERDE

Projeto com início em maio/2010 e finalizado em novembro/2010.

Motivo: Atendimento à RECOMENDAÇÃO Nº 04/2008 da Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Objetivo: Isolar 15 ha de Reserva Legal em Mata Atlântica com 3,5 km de cerca e plantio (complementação e finalização do projeto iniciado em 2009 – Ação2 com total de 13,5km) de 500 mudas de pau-brasil em RL, APP e lote de produção.

30 famílias beneficiadas.

Execução realizada através da contratação de pessoa jurídica.

ASSENTAMENTO PIRANEMA

Projeto com início em novembro/2010 e termino em dezembro/2010

Motivo: Demanda pela Divisão de Desenvolvimento do INCRA (que atende ao Plano de Gestão Ambiental).

Objetivo: Colocar 09 placas que identifiquem as áreas de RL.

65 famílias beneficiadas.

Execução realizada através da contratação de Pessoa Jurídica

2.2.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	OP	3	Família Atendida	507	446	87,99	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010, SIR/Módulo Monitoria e Divisão de Desenvolvimento – SR(20)/ES. Observação: há uma pequena inconsistência na meta realizada que consta no SIR/Módulo Monitoria (450 famílias) em comparação ao que consta nos arquivos da SR(20)/D (446 famílias), e que até o momento do fechamento deste relatório não havia sido sanada.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.278.645,00	3.936.914,00	3.936.913,87	99,99	1.754.113,87	44,55	1.754.113,87	44,55

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

No exercício de 2010 a concessão do crédito instalação nas modalidades Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento e Recuperação/Materiais de Construção foram concedidos a 446 (quatrocentos e quarenta e seis) beneficiários (as) conforme estabelecido na Norma de Execução nº 79 de 26/12/2008 e a Norma de Execução nº 86 de 04/11/2009 que da nova redação aos artigos 3º, 12, 20, 22, 25 36, 38, 40, 45 e 47 da NE 79/2008..

Com a publicação da Instrução Normativa nº 58 de 05/03/2010 que fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária, a Superintendência Regional disponibilizou crédito complementar que atendeu a 249 (duzentas e quarenta e nove) famílias.

O não cumprimento da meta física foi em função Do fato de no exercício de 2010 somente ter sido criado um Projeto de Assentamento. Há também dificuldade na operacionalização do crédito instalação em virtude do número reduzido de servidores e de despesas de custeio para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos no campo.

Segue a seguir tabela demonstrativa da aplicação do crédito instalação no ano de 2010.

NOME DO PROJETO	MUNICIPIO	CAPAC. DE ASSENT.	MODALIDADE DE CRÉDITO	CRÉDITOS EMPENHADOS		CRÉDITOS EMPENHADOS E LIQUIDADOS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	
				Nº FAM	VALOR TOTAL	Nº FAM	VALOR TOTAL	Nº FAM	VALOR TOTAL
PA OURO VERDE	Muniz Freire	30	Aquisição Material de Construção (compl.)	1	5.000,00	1	5.000,00		
PA ROSA DE SARON	Aguia Branca	39	Aquisição Material de Construção (compl.)	1	10.000,00	1	10.000,00		
PA OLINDA II	Pinheiros	86	Aquisição Material de Construção (compl.)	5	50.000,00	5	50.000,00		
PA CÓRREGO DO AUGUSTO	Nova Venécia	25	Aquisição Material de Construção (compl.)	10	100.000,00	10	100.000,00		
PA PARAISO	Alegre	40	Aquisição Material de Construção (compl.)	7	70.000,00	7	70.000,00		
PA CASTRO ALVES	Pedro Canário	129	Recuperação Material de Construção (compl.)	19	23.807,70	19	23.807,70		
PA PAULO VINHAS	Conceição da Barra	63	Recuperação Material de Construção (compl.)	25	36.306,17	25	36.306,17		
PA NOVA SAFRA	Itapemirim	105	Asuisição Material de Construção (compl.)	5	50.000,00	5	50.000,00		
PA NOVA SAFRA	Itapemirim	105	Asuisição Material de Construção (compl.)	5	50.000,00			5	50.000,00
PA SANTA FÉ	Apiacá	50	Aquisição Material de Construção (compl.)	8	80.000,00	8	80.000,00		
PA MONTE ALEGRE	Muqui	60	Aquisição Material de Construção (compl.)	7	70.000,00	7	70.000,00		
PA MARGARIDA ALVES	Pancas	6	Aquisição Material de Construção (compl.)	5	20.000,00			5	20.000,00
PA MADRE CRISTINA	Pancas	35	Aquisição Material de Construção (compl.)	33	132.000,00			33	132.000,00
PA NOVA SAFRA	Itapemirim	105	Recuperação Material de Construção (compl.)	68	109.000,00			68	109.000,00
PA MONTE ALEGRE	Muqui	60	Recuperação Material de Construção (compl.)	50	135.000,00			50	135.000,00
TOTAL (COMPLEMENTAÇÃO)				249	941.113,87	88	495.113,87	161	446.000,00
PA ADÃO PRETO	São Gabriel da Palha	39	Apoio inicial	29	92.800,00	29	92.800,00		
PA LIRIO DOS VALES	Ecoporanga	43	Apoio Inicial	30	96.000,00			30	96.000,00
PA CÓRREGO DO AUGUSTO	Nova Venécia	25	Apoio inicial	1	3.200,00	1	3.200,00		
PE INDEPENDÊNCIA	Conc. da Barra	1	Aquisição Material de Construção	1	15.000,00	1	15.000,00		
PA ERNESTO CHE GUEVARA	Mimoso do Sul	45	Fomento	42	134.400,00	42	134.400,00		
PA SEZINIO F. JESUS	Linhares	100	Fomento	98	313.600,00	98	313.600,00		
PA PALESTRINA	Mimoso do Sul	50	Fomento	50	160.000,00	50	160.000,00		
PA SEZINIO F. JESUS	Linhares	100	Aquisição Material de Construção	100	1.500.000,00			100	1.500.000,00
PA SEZINIO F. JESUS	Linhares	100	Apoio Inicial	3	9.600,00			3	9.600,00
PA SEZINIO F. JESUS	Linhares	100	Apoio mulher	20	16.000,00			20	16.000,00
PA FLORENCIO TOZZO	Mantenópolis	36	Fomento	36	115.200,00			36	115.200,00
PA FLORENCIO TOZZO	Mantenópolis	36	Aquisição Material de Construção	36	540.000,00	36	540.000,00		
TOTAL (NOVA APLICAÇÃO)				446	2.995.800,00	257	1.259.000,00	189	1.736.800,00
TOTAL GERAL					3.936.913,87		1.754.113,87		2.182.800,00

Fonte: Divisão de Desenvolvimento – SR(20)/ES

Tabela – Moradias construídas e reformadas nos projetos de assentamento no exercício 2010

Projetos de Assentamento	Município	Construída	Reformada
Três Corações	Barra de São Francisco	0	18
Beija Flor	Alto Rio Novo	0	13
Castro Alves	Pedro Canário	3	23
Córrego da Lage	Mucurici	0	5
Córrego do Augusto	Nova Venécia	0	10
Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	11	0
Floresta	Alegre	0	33
Geraldo Sperandio	Pancas	0	4
Luiz Taliuly Neto	Guaçuí	0	9
Madre Cristina	Pancas	36	0
Maria Olinda	Pinheiros	0	16
Matutina	Itarana	0	1
Monte Alegre	Muqui	0	25
Nova Esperança	Aracruz	0	17
Nova Safra	Itapemirim	0	20
Olinda II	Pinheiros	0	55
Ouro Verde	Muniz Freire	0	6
Palestrina	Mimoso do Sul	33	0
Paraíso	Alegre	0	2
Paulo Vinhas	Conceição da Barra	0	9
Rancho Alegre	Mimoso do Sul	2	5
Rodeio	Nova Venécia	0	36
Rosa de Saron	Águia Branca	0	33
São Sebastião	Montanha	18	0
União	Mimoso do Sul	0	2
Valdício B. dos Santos	Conceição da Barra	0	22
26 Assentamentos	TOTAL	103	364

Fonte: SIR/Módulo Monitoria e Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos – SR(20)/ES.

2.2.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	A	4	---	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
51.076,00	292.698,80	285.893,26	97,67	277.618,07	94,85	277.618,07	94,85

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Como apenas as ações 8398 – *Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento* e 2B06 – *Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento* possuem orçamento específico para os deslocamento a campo, os custos com diárias, combustível e manutenção de viaturas necessárias à execução de todas as demais ações do programa são feitas pela ação 2272, que por essa razão apresenta valores relativamente altos (se comparado à maioria das demais ações do programa) mesmo sem ter metas específicas.

2.2.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.2.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado	12.109	11.982	98,95	--

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
108.977,00	146.977,21	135.121,67	91,93	135.121,67	91,93	135.121,67	91,93

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

O Serviço de Cadastro Rural da SR(20)/ES executou, no exercício 2010, 11.982 atualizações cadastrais e emitiu mais de 140 mil CCIR's (Comprovante de Cadastro de Imóvel Rural), documento necessário a quaisquer transações envolvendo um imóvel rural e também para a obtenção de crédito para produção agro-pecuária.

Tabela – Atualizações Cadastrais no exercício 2010

Mês	Quantitativo
Janeiro	359
Fevereiro	1.068
Março	1.576
Abril	1.116
Maio	892
Junho	1.037
Julho	926
Agosto	1.246
Setembro	939
Outubro	1.023
Novembro	943
Dezembro	857
TOTAL	11.982

Fonte: Serviço de Cadastro Rural – SR(20)/ES

Tabela – Emissões de CCIR no exercício 2010

Mês	Quantitativo
Janeiro	48.121
Fevereiro	16.523
Março	12.725
Abril	8.269
Maio	8.164
Junho	5.699
Julho	6.529
Agosto	6.860
Setembro	11.372
Outubro	5.777
Novembro	5.524
Dezembro	4.673
TOTAL	140.236

Fonte: Serviço de Cadastro Rural – SR(20)/ES.

As atividades desenvolvidas nesta ação ao longo do ano também contemplaram a supervisão e acompanhamento nas Unidades Municipais de Cadastro – UMC's em diversos municípios do Estado e a realização de 04 (quatro) encontros em pólos regionais para a capacitação dos responsáveis pelas UMC quanto à disseminação do Novo Manual de Cadastro Rural e treinamentos direcionados exclusivamente para a troca de perfil de acesso a Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR de cerca de 20 dos responsáveis pelas Unidades Municipais pela UMC.

Parte dos gastos também se refere à participação de 3 servidores desta Superintendência Regional em Forças Tarefas em Brasília e na Amazônia Legal (apenas com passagens aéreas foram gastos cerca de dez mil reais).

Além disso, por meio dessa ação foram formalizados e analisados 938 processos de certidões para fins de aposentadorias; foram formalizados e analisados 145 processos de desmembramentos de imóveis rurais abaixo da Fração Mínima de Parcelamento para Fins Não Agrícolas; e foram formalizados e analisados 231 processos de Descaracterização de Imóvel Rural para Urbano, Cancelamento de Cadastro e Audiência Prévia.

2.2.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	136	0138	2114	A	--	Sistema Mantido	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

- Não houve descentralização de nenhum valor para essa ação na SR(20)/ES no exercício 2010.

2.2.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Edvaldo Gomes.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	4426	A	3	Área Georreferenciada	0	0	0,00	

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	13.380,83	12.532,44	93,66	12.532,44	93,66	12.532,44	93,66

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Não houve execução dessa ação no exercício 2010 na SR(20)/ES. Os valores gastos referem-se apenas ao deslocamento para participação de servidores da regional em grupos de trabalho referentes à essa ação em Brasília/DF.

2.2.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	2110	A	3	Área Regularizada (há)	0	0	0,00	

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

* Não houve descentralização de nenhum recurso para essa ação na SR(20)/ES no exercício 2010.

2.2.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8380	A	4	Área com processo impetrado (há)	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
--	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

* Não houve descentralização de nenhum valor para essa ação na SR(20)/ES no exercício 2010.

2.2.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marrek Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8378	A	4	Área Diagnosticada a Destinada (há)	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

* Não houve descentralização de nenhum valor para essa ação na SR(20)/ES no exercício 2010.

2.2.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Richard Martins Torsiano.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	---	---	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
7.243,00	19.076,86	18.523,15	97,10	18.523,15	97,10	18.523,15	97,10

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Como este programa, na SR(20)/ES, não executa as ações 2110, 4426, 8378, 8380, praticamente todos os recursos para administração e gerenciamento do programa também foram gastos com a ação 2105 – Gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural e deslocamento de 3 servidores para participação de forças tarefas em Brasília e na Amazônia Legal.

2.2.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.2.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ronaldo Alves de Souza.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	4	Servidor Capacitado (unidade)	48	189	393,75	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
45.456,00	86.773,66	81.327,97	93,72	81.126,84	93,49	81.126,84	93,49

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

A Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas

à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

No âmbito da Administração Pública Federal, as ações de capacitação seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, e trouxe como novidade o modelo de Gestão por Competências.

No citado Decreto, a metodologia de Gestão por Competência é definida como “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”.

No INCRA, o programa de desenvolvimento de pessoal está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011, de forma coletiva, com a efetiva participação das Superintendências Regionais à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas pelas unidades responsáveis pelos macroprocessos.

O Balanço Regional das ações de capacitação/2010 demonstra que 189 oportunidades de capacitação foram oferecidas aos servidores da Superintendência Regional do INCRA Espírito Santo, contemplando 74 servidores, atingindo 154% da meta proposta no Caderno de Metas PO/2010 que é de capacitar 48 servidores, número que representa 77% de força de trabalho da Superintendência Regional.

Por oportunidade de capacitação entende-se o número de vagas disponibilizadas, em eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação no ano de 2010.

O índice de abrangência de capacitação, descrito pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em relação às oportunidades de capacitação oferecidas em 2010 expressa o alcance das ações de capacitação em face de todo o corpo funcional. Este índice de abrangência de 77% foi encontrado a partir da aplicação da seguinte fórmula proposta pelo TCU: (Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação multiplicado por 100).

O índice de horas de capacitação expressa, segundo descrição do TCU, o número de horas de capacitação por funcionário ($1.771 \text{ horas} : 189 = 9,37 \text{ horas /aula por servidor}$).

Os números apresentados, no quadro abaixo, demonstram que as ações de capacitação em 2010 trouxeram um saldo positivo para os processos de trabalho, melhorando as práticas e rotinas, com a integração de conhecimentos, habilidades e atitudes, com respostas mais rápidas às necessidades do INCRA e com impactos positivos no desempenho da instituição.

A seguir detalhamento das oportunidades de capacitação ofertadas à 74 servidores desta Superintendência Regional durante o ano de 2010.

Tabela – Servidores da SR(20)/ES capacitados em 2010

Servidor	Quantidade de Eventos	Evento
1. Adelson Denoni Leite	1	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Processo Administrativo Disciplinar
2. Ademir Fontana	2	<ul style="list-style-type: none"> FERTIBIO 2010 – Fontes de Nutrientes e Produção Agrícola – Modelando o Futuro Capacitação para Coordenação da Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda de Assentamentos dos Assentamentos do Brasil, nos termos da Portaria/INCRA/P/Nº.72, de 23 de fevereiro de 2010
3. Aguinaldo César Bernini	4	<ul style="list-style-type: none"> Padrão Ético ao Agente Público Apresentação, esclarecimentos e nivelamento de todas as alterações realizadas nas normativas internas do incra para a simplificação de procedimentos de levantamento de campo, análise de processos de certificação e atualização cadastral Introdução à Lei de responsabilidade fiscal Ética no Serviço Público
4. Alcino de Magalhães Soares	1	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais
5. Alessandro Mathias Holtz	2	<ul style="list-style-type: none"> Padrão Ético ao Agente Público Ética no Serviço Público
6. Alexson de Mello Cunha	1	<ul style="list-style-type: none"> Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas (em andamento)
7. Alfredo Zampier Lacerda	1	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação, esclarecimentos e nivelamento de todas as alterações realizadas nas normativas internas do incra para a simplificação de procedimentos de levantamento de campo, análise de processos de certificação e atualização cadastral
8. Antônio Fabiano Aguiar	5	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais Ética no Serviço Público Congresso de Cadastro Multifinalitário e Gestão Territorial – COBRAC/2010 Congresso Nacional sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável

Antônio Fabiano Aguiar (Continuação)		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
9. Antônio Ferreira de Souza	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo de Trabalho para realizar Levantamento e Conciliações de Bens Móveis visando à execução de inventário físico especial de bens móveis do Incra/Sede ▪ Padrão Ético ao Agente Público
10. Carlos Alberto Ribeiro de Moura	3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais ▪ FERTIBIO 2010 – Fontes de Nutrientes e Produção Agrícola – Modelando o Futuro ▪ Padrão Ético ao Agente Público
11. Carlos Luiz Ribeiro	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Barragens ▪ Padrão Ético ao Agente Público
12. Carlos Máximo Erler	1	Ética no Serviço Público
13. Cecília Marcovich da Silva Rossoni	5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público ▪ V Congresso Brasileiro de Pregoeiros – Cenário de Mudanças: Legislações, Regulamentações Complementares e Inovações Tecnológicas ▪ Curso Prático de Defesa da Reforma Agrária ▪ Oficina Nacional do Programa de Assistência e Extensão Rural para a Reforma Agrária e Agricultura Familiar – PRONATER ▪ Ética no Serviço Público
14. Cláudio Luiz Estruc Gil	3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Barragens ▪ Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais ▪ Ética no Serviço Público
15. Daianny Ramos da Silva Duque	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de Contratos Administrativos
16. Daniela Vantil Agrizzi	3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminário Ética na Gestão ▪ Simpósio Interestadual sobre Adequação Ambiental ▪ Ética no Serviço Público

17. Diógenes Sodério Ferreira Alves	3	▪ Curso Prático de Defesa da Reforma Agrária
		▪ Ética no Serviço Público
		▪ Seminário sobre Balanço da PFE/INCRA
18. Diogo de Paula Lima	3	▪ Curso de Barragens
		▪ Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais
		▪ Ética no Serviço Público
19. Domingas dos Santos Dealdina	1	▪ Capacitação sobre Procedimentos Administrativos para Regularização de Territórios Quilombolas
20. Douglas Muniz Lyra	3	▪ Simpósio Interestadual sobre Adequação Ambiental
		▪ Ética no Serviço Público
		▪ I Seminário Nacional de Manejo e Recursos Naturais em Projetos de Assentamentos
21. Eber Fumagalli	1	▪ Ética no Serviço Público
22. Ennio Augusto de Mello Filho	1	▪ Ética no Serviço Público
23. Érico de Almeida Mangaravite	3	▪ Padrão Ético ao Agente Público
		▪ Curso de Processo Administrativo Disciplina
		▪ Ética no Serviço Público
24. Flaini Pereira Ramos	3	▪ Padrão Ético ao Agente Público
		▪ Intercâmbio a cerca dos trabalhos de Regularização Fundiária desenvolvidos pelo IDACE/CE em conjunto com o MDA objetivando padronizar a metodologia em Levantamento de Terras no Estado do Espírito Santo pelas Unidades do Cadastro e Cartografia
		▪ Ética no Serviço Público
25. George Staudohar Júnior	2	▪ Ética no Serviço Público
		▪ Curso de Capacitação em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto no INPE
26. Gezualdo Nunes Galvão	3	▪ Curso Prático de Defesa da Reforma Agrária
		▪ Ética no Serviço Público
		▪ Padrão Ético ao Agente Público

27. Gildevan Viana Cardoso	6	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação para Coordenação da Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda de Assentamentos dos Assentamentos do Brasil, nos termos da Portaria/INCRA/P/Nº.72, de 23 de fevereiro de 2010
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Barragens
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Capacitação de Técnicos em Implantação de Agroindústrias Familiares Ação 4320 – Terra Sol
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficina Nacional do Programa de Assistência e Extensão Rural para a Reforma Agrária e Agricultura Familiar PRONATER
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
		Fertibio/2010 – Fontes de Nutrientes e Produção Agrícola – Modelando o Futuro
28. Girley Vieira da Silva	3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização em Normalização Bibliográfica
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ XV Seminário de Comunicação Social do Banco do Brasil
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
29. Hélio Porfírio Guimarães	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
30. Ivanete Calazans Monteiro	5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Treinamento Prático para Implantação em Folha de Pagamento dos Valores Per Capita relativos à Assistência à Saúde Suplementar
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encontro Nacional de Gestão de Pessoas
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficina sobre Concessão de Aposentadoria e Pensão com ênfase nos Sistemas Siape/Siapecad/Sisac
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
31. Ivete da Silva Rezende	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética ao Agente Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
32. Jaime Bernardo Neto	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
33. Janecir Cardoso Flôres	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização em Normalização Bibliográfica
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público

34. José Cândido Costa Rezende	4	▪ Oficina Nacional do Programa de Assistência e Extensão Rural para a Reforma Agrária e Agricultura Familiar PRONATER
		▪ 2º Seminário Nacional de Capacitação em Direito Agrário
		▪ Padrão Ético ao Agente Público
		▪ Ética no Serviço Público
35. José de Andrade Veloso	2	▪ Ética no Serviço Público
		▪ Padrão Ético ao Agente Público
36. José de Ribamar Guagliardo Filho	2	▪ Simpósio Interestadual sobre Adequação Ambiental
		▪ Ética no Serviço Público
37. José Gerônimo Brumatti	3	▪ Seminário sobre Balanço da PFE/INCRA
		▪ Reunião sobre Programação Orçamentária 2010 e Balanço das Metas 2010
		▪ Ética no Serviço Público
38. Joviana Pedroni de Oliveira	4	▪ Oficina de Capacitação e Aperfeiçoamento do Trabalho de Monitoramento e Avaliação da Gestão 2010
		▪ III Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão
		▪ Oficina de Monitoramento 2010
		▪ Padrão Ético ao Agente Público
39. Juliana Silva de Souza	1	▪ FERTIBIO 2010 – Fontes de Nutrientes e Produção Agrícola – Modelando o Futuro
40. Julieder Goronci Cochetto	1	▪ Curso de Barragens
41. Lhayzza dos Santos Crissaff	1	▪ Ética no Serviço Público
42. Lena Marta Ribeiro	3	▪ XI Congresso Nacional dos Procuradores Federais e do XII Curso Especial de Advocacia do Estado do Espírito Santo
		▪ Curso Prático da Defesa da Reforma Agrária
		▪ Ética no Serviço Público
43. Luciana de Costa Souza	2	▪ Ética no Serviço Público
		▪ Padrão Ético ao Agente Público

44. Lynconl Wchôa da Silveira e Silva	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pós Graduação em Ciências Sociais (em andamento)
45. Marcelo Brandão Teixeira	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminário Nacional sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
46. Márcia Fernandes Peixoto Silva	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
47. Marco Antônio Vilas Boas Aguiar	3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Barragens
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Simpósio Interestadual sobre Adequação Ambiental
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
48. Marcus Antônio Roseti Gasparini	3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Simpósio Interestadual sobre Adequação Ambiental
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
49. Maria das Graças Moreira Beltrão	8	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encontro Nacional de Gestão de Pessoas
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficina sobre Concessão de Aposentadoria e Pensão com ênfase nos Sistemas Siape/Siapecad/Sisac
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse para Convenientes – Turma 3.5/2010
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Processo Administrativo Disciplinar
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ XI Seminário Ética na Gestão 2010
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Apuração de Ética 2010
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
50. Maria Lígia Masieiro Layber	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
51. Marília Raquel Teixeira de Araújo	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
52. Marlene Nunes de Freitas	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
53. Nilson Alves Teixeira Silva	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público

54. Nilvana Alves Silva Bayerl	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
55. Nilza Ribeiro de Souza	3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficina de Capacitação para Asseguradores do PRONERA
56. Patrícia Cabral Costa	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fórum de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Tecnologia da Informação
57. Patrícia Soneghet Baiocco do Nascimento Andrade	7	<ul style="list-style-type: none"> ▪ VI Seminário Nacional do PRONERA
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficina Nacional do Crédito Apoio Mulher
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segunda Conferência Internacional em Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões semiáridas – ICID/2010
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso Prático de Defesa da Reforma Agrária
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
58. Paulo César Dias	4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégias de Negociação e Desenvolvimento de Habilidades para o Sucesso
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Barragens
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
59. Paulo de Vargas Motta	2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação na utilização do GPS JUNO e SGT
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
60. Pedro Henrique Silva Penedo	3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão Ético ao Agente Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ III Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
61. Pedro Jônatas de Sá Silveira	1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética no Serviço Público

62. Queidimar Cristina Guzzo Rodrigues	3	▪ Ética no Serviço Público
		▪ XI Seminário Ética na Gestão 2010
		▪ Reunião para Apresentação, Esclarecimento e Nivelamento de todas as Alterações realizadas nas Normativas Internas do Incra que simplifiquem os procedimentos de Levantamento de Campo, Análises de processos de Certificação e Atualização Cadastral
63. Ricardo Muniz Stroligo	3	▪ VII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária
		▪ Curso de Barragens
		▪ Ética no Serviço Público
64. Rodrigo Guedes de Moraes	2	▪ Padrão Ético ao Agente Público
		▪ Ética no Serviço Público
65. Rosângela Belchior Mota	2	▪ Padrão Ético ao Agente Público
		▪ Ética no Serviço Público
66. Salvimar Vizeu Alexandre Ferreira	2	▪ Gestão de Contratos Administrativos
		▪ Ética no Serviço Público
67. Selma Helena Cirne Padinha	2	▪ Congresso de Cadastro Multifinalitário e Gestão Territorial – COBRAC/2010
		▪ Curso de Capacitação aos Municípios para Implementação da Regularização Fundiária
68. Silvestre Barbosa dos Reis	2	▪ Ética no Serviço Público
		▪ Seminário sobre balanço da PFE/INCRA
69. Silvino Pedro Lope	3	▪ Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais
		▪ XI Seminário Ética na Gestão 2010
		▪ Treinamento em Tomada de Contas Especial - TCE
70. Tânia Mara de Carvalho	4	▪ Padrão Ético ao Agente Público
		▪ Intercâmbio a cerca dos trabalhos de Regularização Fundiária desenvolvidos pelo IDACE/CE em conjunto com o MDA objetivando padronizar a metodologia em Levantamento de Terras no Estado do Espírito Santo pelas Unidades do Cadastro e Cartografia
		▪ Curso de Processo Administrativo Disciplinar

Tânia Mara de Carvalho (continuação)		Congresso de Cadastro Multifinalitário e Gestão Territorial – COBRAC/2010
71. Wallace Rudeck Sthel Cock	4	<ul style="list-style-type: none"> VI Seminário Nacional do PRONERA Curso de Capacitação PróJovem Campo Saberes da Terra Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais Ética no Serviço Público
72. Washington Oswaldo Freire	2	<ul style="list-style-type: none"> Padrão Ético ao Agente Público Ética no Serviço Público
73. Wellington Subtil do Nascimento	5	<ul style="list-style-type: none"> Padrão Ético ao Agente Público I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação – I ENED Curso de Barragens Simpósio Interestadual sobre Adequação Ambiental Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais
74. Wilson Martins de Souza	5	<ul style="list-style-type: none"> Ética no Serviço Público Treinamento em Tomada de Contas Especial – TCE Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse para Convenientes – Turma 1.6/2010 Licitações e Contratos Administrativos Depreciação e Outros Aspectos Patrimoniais da Contabilidade Pública

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano – SR20/ES

2.3.5. Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciano Pregori Brunet**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	4	Família acampada assistida (unidade)	549	11.621	2.122,22	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
61.519,00	69.527,00	66.971,32	96,32	60.601,32	87,16	60.601,32	87,16

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Ao longo do exercício 2010 a SR(20)/ES executou a entrega de 8.134 cestas básicas a cerca de 1.017 famílias que residem em 24 acampamentos no Espírito Santo. Também foi feito o fornecimento de lona a mais de 1700 famílias residentes nos acampamentos que constam na tabelas a seguir.

Tabela – Acampamentos localizados dentro dos territórios da cidadania – ES

ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO	MOV. SOCIAL	TERRITORIO	#FAM
Antonio Conselheiro	Ecoporanga	MST	NORTE	55
Lírio dos Vales	Ecoporanga	FETAES	NORTE	35
Franqueza e Realeza	Ecoporanga	FETAES	NORTE	111
Nova Esperança	Montanha	FETAES	NORTE	40
Trinta de Maio	Montanha	FETAES	NORTE	28
Liberdade (Panorama)	Ponto Belo	FETAES	NORTE	67
Che Guevara (Otaviano)	Ponto Belo	MST	NORTE	105
Carlos Marighela	São Mateus	MST	NORTE	106
Resistência	S. José do Calçado	MST	CAPARAÓ	36
Adão Preto	S. Gabriel da Palha	MST	NORTE	40
São Gabriel	S. Gabriel da Palha	FETAES	NORTE	22
Três Barras	S. Gabriel da Palha	FETAES	NORTE	20
Bom Jesus da Lapa	B.S. Francisco	OUTROS	NORTE	15
N. Senhora Aparecida	Nova Venécia	FETAES	NORTE	20
TOTAL				700

Fonte: Ouvidoria Agrária – SR(20)/ES

Tabela – Acampamentos situados fora dos territórios da cidadania

ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO	MOV. SOCIAL	TERRITORIO	#FAM
Marion João Pereira	Serra	FETAES		43
José Marcos de Araújo	Pres. Kennedy	MST		100
Independência	Mimoso do Sul	FETAES		17
Pastinho	Mimoso do Sul	FETAES		60
Florencio Tozzo	Mantenópolis	MST		40
Irmã Dorothy	Mantenópolis	MST		35
Esmeralda	Afonso Cláudio	FETAES		30
Cachoeira Bonita	Brejetuba	FETAES		25
Madre Cristina	Pancas	MST		35
Magarida Alves	Pancas	MST		6
TOTAL				391

Fonte: Ouvidoria Agrária – SR(20)/ES

2.3.5.2 PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	IR840	2999	A	3	Documento Expedido	--	11.069	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
---	153.067,93	138.771,78	90,66	131.379,45	85,83	131.379,45	85,83

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Os mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural realizados no Espírito Santo no exercício 2010 ocorreram todos dentro dos territórios da cidadania definidos no Estado - Norte do Espírito Santo (Água Doce do Norte, São Mateus, Montanha, Águia Branca) e Caparaó (Ibatiba, Divino de São Lourenço, Alegre, São José do Calçado, Muniz Freire e Irupi) – tendo em vista a maior demanda por ações de cidadania e inclusão social nessas localidades, e, em parceria com as respectivas prefeituras, possibilitaram o atendimento de cerca de 9.650 pessoas.

Tabela – Mutirões realizados pelo PNDTR/ES no exercício 2010: local, data e número de pessoas atendidas em cada evento.

MUTIRÃO	LOCAL	DATA	PESSOAS ATENDIDAS
1º	São Mateus	27/03/2010	1.500
2º	Ibatiba	24/04/2010	1.000
3º	Montanha	29/05/2010	1.000
4º	Divino de São Lourenço	26/06/2010	1.000
5º	Alegre	31/07/2010	1.300
6º	Água Doce do Norte	28/08/2010	1.100
7º	Águia Branca	26/09/2010	900
8º	São José do Calçado	06/11/2010	650
9º	Muniz Freire	27/11/2010	400
10º	Irupi	11/12/2010	800
TOTAL			9.650

Fonte: Coordenação do PNDTR/ES.

Tabela – Documentos emitidos nos mutirões realizados no exercício 2010

Documentos	1º mutirão		2º mutirão		3º mutirão		4º mutirão		5º mutirão	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
RG	286	65	358	61	334	109	363	53	471	153
CTPS	115	61	60	17	38	23	48	16	67	18
RN	498	207	205	133	221	102	381	93	537	351
R.C 1ª VIA	0		20		0		0		0	
CPF	84	54	202	93	127	97	105	80	104	67
INSS	34	28	26	5	46	21	46	21	57	41
TOTAL	1017	415	851	329	766	352	943	263	1.236	630
	1432		1180		1118		1206		1866	

Documentos	6º mutirão		7º mutirão		8º mutirão		9º mutirão		10º mutirão	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
RG	320	142	184	47	106	44	118	32	144	26
CTPS	118	40	46	37	49	28	24	20	67	35
RN	398	84	305	192	188	62	78	30	139	57
R.C 1ª VIA	0		0		0		0		0	
CPF	135	66	55	57	111	82	60	56	102	79
INSS	70	35	68	40	20	15	17	5	22	12
TOTAL	1.041	367	658	373	474	231	297	143	474	209
	1408		1031		705		440		683	

Fonte: Coordenação do PNDTR/ES.

Os gastos com o programa incluem as despesas com deslocamento dos servidores (diárias, combustível e manutenção de viaturas), a contratação de serviços de transporte para levar a equipe da polícia civil da capital até o local dos mutirões e contratação de serviços de fotografia (para emissão de fotos 3x4 necessárias para obtenção dos documentos). Considerando a relação entre o valor global empenhado pelo programa na SR(20)/ES (R\$ 138.771,78) e a quantidade de documentos emitidos (11.069), pode-se estimar o custo de cada documento em R\$ 12,53 por documento emitido.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada	--	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
133.525,00	66.100,00	56.199,13	89,06	51.396,45	81,45	51.396,45	81,45

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Tabela - Processos de regularização de territórios quilombolas em andamento na SR(20)/ES - 2010

Comunidade	Município	Nº. de Famílias	Situação Atual do Processo.
São Jorge	São Mateus	78 Famílias	Processo paralisado administrativamente devido à desistência do núcleo Morro da Arara. Falta definir o novo perímetro para o território do núcleo São Jorge. Não há antropólogo para os trabalhos de campo.
Linhaquinho	Conceição da Barra	48 famílias	Processo paralisado judicialmente desde 2007.
Serraria/ São Cristóvão	São Mateus	47 Famílias	Processo com Decreto Presidencial para fins de interesse social publicado em dezembro de 2010. Esta em fase de notificação dos proprietários particulares para as Vistorias e Avaliações dos imóveis.
São Domingos	Conceição da Barra	144 Famílias	RTID-Relatório Técnico de Identificação e Delimitação publicado. Esta em fase Contestatória dos proprietários.
Bacia do Angelim	Conceição da Barra	80 Famílias	Fase de Elaboração do RTID paralisado administrativamente, por não ter uma equipe técnica (antropólogo) para os trabalhos de campo.
São Pedro	Ibiraçu	30 Famílias	Kit Portaria montado – sendo enviado para Brasília
Retiro	Santa Leopoldina	48 Famílias	Decretado – Avaliações realizadas – Kits em Brasília aguardando pagamento
Monte Alegre	Cachoeiro de Itapemirim	120 Famílias	Após inúmeras tentativas de notificação, ou herdeiros não aceitaram, ou não foram encontrados – aguardando justificativa para notificação por edital

Fonte: Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR(20)/ES

Assim como ocorre com a desapropriação ordinária de imóveis para fins de reforma agrária, a titulação de territórios quilombolas depende de uma série de fatores externos a esta autarquia, uma vez que ao longo do trâmite dos processos abertos existem etapas administrativas, internas ao INCRA, e outras em âmbito judicial, o que acarreta grande imprevisibilidade na conclusão dos processos.

Apesar de ainda não se ter obtido a titulação de nenhum território quilombola no Espírito Santo, existem atualmente oito processos em andamento na SR(20)/ES, o que exige deslocamento a campo e, conseqüentemente, gastos com diárias, movimentação de viaturas oficiais, locação de veículos, etc...

Deste oito processos abertos, três já estão com seu respectivo decreto publicado: Linharinho (Conceição da Barra), Serraria e São Cristóvão (São Mateus) e Retiro (Santa Leopoldina). O primeiro encontra-se paralisado em virtude de decisão judicial, mas os dois últimos já estão em fase de avaliação das terras de imóveis que se encontram dentro do perímetro dos territórios, para conclusão dos trâmites legais e titulação dos mesmos à comunidade.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	0859	OP	3	Área indenizada (há)	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Apenas no processo do território de Retiro, em Santa Leopoldina, já se deu início ao pagamento das terras e benfeitorias que se localizam dentro do território, o qual deve ser concluído no início do exercício 2011. Os demais processos não chegaram a fase até o fim do exercício 2010.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida do Santos**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	366	1350	4474	A	4	Trabalhador Rural Escolarizado (unidade)	--	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Esta ação não foi programada para o exercício de 2010 na SR(20)/ES.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	6952	A	4	Profissional Capacitado	--	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
--	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Esta ação não foi programada para o exercício de 2010 na SR(20)/ES.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional Formado (unidade)	--	--	--	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Apesar de não ter sido estabelecido meta para o exercício de 2010, a celebração do Termo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Universidade Federal do Espírito Santo (processo administrativo 54340.001099/2010) que tem como finalidade subsidiar os 38 (trinta e oito) alunos do Curso de Especialização (“lato sensu”) em Economia e Desenvolvimento Agrário viabilizou a II e III Etapas do Curso realizadas neste ano.

Ainda neste exercício, buscou-se a viabilização, através de termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Espírito Santo para início do curso de Pedagogia da Terra. Porém, empecilhos técnicos administrativos de custeio, ainda na fase de elaboração do projeto pedagógico, bem como, dificuldade para definição de cronograma compatíveis com as atividades já desenvolvidas no centro de pedagógico da UFES, inviabilizou a efetivação do termo de cooperação em 2010. Entretanto, o projeto inicial do curso vem sofrendo adequação na planilha de trabalho, na intenção de iniciarmos o curso no ano de 2011. Junto ao Instituto Federal do Espírito Santo, campus de Santa Tereza/ES, a equipe do PRONERA, em visitas técnicas, iniciou as negociações para abertura de turmas que atenderiam os estudantes do PA Tomazzini, PA Matutina e PA Ita. Todavia, os projetos ainda não foram apresentados ao INCRA SR (20).

Os recursos descentralizados custearam as despesas com transporte, hospedagem e alimentação para os alunos conforme abaixo:

II Etapa do Curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (38 alunos)
Licitação: Pregão Eletrônico nº 08/2010 Processo Administrativo: 54340.000749/2010-13 Contrato de CRT / ES / N.º 06/2010 Contratada: FERRARI HOTEIS EVENTOS COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 39.630.314/0001-03 Objeto: Contratação de serviços de hospedagem e alimentação para realização do II Etapa do Curso de Especialização em Economia Política e Desenvolvimento Agrário Valor do Contrato: R\$ 35.001,60 2010NE900346 - R\$ 35.001,60 Programa de Trabalho: 022105 Plano Interno: D1350837055 Fonte: 0100 ED: 339039 2010OB801246 de 29/07/2010

II Etapa do Curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (38 alunos)

Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.000895/2010-31

Contrato de CRT / ES / N.º

Contratada: AZ TURISMO E VIAGENS LTDA

CNPJ: 39.327.556/0001-22

Objeto: Contratação de serviços de transporte do local de hospedagem ao Campus da UFES dos alunos para a II Etapa do Curso de Especialização em Economia Política e Desenvolvimento Agrário

Valor do Contrato: R\$ 5.900,00

2010NE900343 - R\$ 5.900,00

Programa de Trabalho: 022105

Plano Interno: D1350837055

Fonte: 0100

ED: 339033

2010OB801196

III Etapa do Curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (38 alunos)

Licitação: Pregão Eletrônico nº 22/2010

Processo Administrativo: 54340.001465/2010-36

Contrato de CRT / ES / N.º 25/2010

Contratada: FERRARI HOTEIS EVENTOS COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 39.630.314/0001-03

Objeto: Contratação de serviços de hospedagem e alimentação para realização da III Etapa do Curso de Especialização em Economia Política e Desenvolvimento Agrário

Valor do Contrato: R\$ 31.736,84

2010NE900652 - R\$ 31.736,84

Programa de Trabalho: 022105

Plano Interno: D1350837055

Fonte: 0176

ED: 339039

2010OB802275

<p>III Etapa do Curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (38 alunos)</p> <p>Licitação: Pregão Eletrônico nº 23/2010</p> <p>Processo Administrativo: 54340.001534/2010-10</p> <p>Contrato de CRT / ES / N.º 27/2010</p> <p>Contratada: VIAÇÃO MUTUM PRETO LTDA.</p> <p>CNPJ: 27.143.205/0001-82</p> <p>Objeto: Contratação de serviços de transporte coletivo para 38 (trinta e oito) pessoas para participar da III Etapa do Curso de Especialização em Economia Política e Desenvolvimento Agrário.</p> <p>Valor do Contrato: R\$ 3.465,00</p> <p>2010NE900653 - R\$ 201,84</p> <p>Programa de Trabalho: 022105</p> <p>Plano Interno: D1350837055</p> <p>Fonte: 0100</p> <p>ED: 339039</p> <p>2010NE900654 – R\$ 3.263,16</p> <p>Programa de Trabalho: 022105</p> <p>Plano Interno: D1350837055</p> <p>Fonte: 0176</p> <p>ED: 3390393</p> <p>2010OB802289</p>
--

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A	---	---	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
20.000,00	4.846,00	4.329,28	89,34	4.329,28	89,34	4.329,28	89,34

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Os recursos da Ação 2272 do Programa 1350 foram destinados ao deslocamento de servidores para participação em seminário de nivelamento e nos encontros do Comitê de Educação do Campo do Estado do Espírito Santo.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	A	1427	A	3	Família Assistida (unidade)	1372	3602	262,54	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.037.389,00	2.207.389,00	2.121.354,03	96,10	2.008.445,14	90,98	2.008.445,14	90,98

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

Após Licitação na modalidade de Concorrência Pública Nº 01/2008, tipo Melhor Técnica, em dezembro de 2008 foi firmado contrato entre o INCRA-SR20 e duas empresas, incluindo Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e Plano de Recuperação de Assentamento (PRA). De acordo com o contrato ES/17/2008, a empresa COOPTRAES (Cooperativa de Prestação de Serviço Técnico da Reforma Agrária do Espírito Santo) prestou serviço a 2.230 famílias assentadas, em 51 Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-ES. O contrato ES/18/2008, firmado com a empresa AGROPLAN (Consultoria, Planejamento e Assistência Técnica Agrícola Ltda.) compreendeu a prestação dos serviços a 1.326 famílias assentadas, em 23 Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-ES.

Tabela - Projetos de assentamentos atendidos com Assistência Técnica às famílias assentadas

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Assistidas	Empresa Contratada
Otaviano R. de Carvalho	Ponto Belo	98	COOPTRAES
Francisco D. Ramos	Montanha	25	COOPTRAES
Adriano Machado	Montanha	74	COOPTRAES
Córrego do Balão	Montanha	7	COOPTRAES
Oziel Alves	Montanha	55	COOPTRAES
Bela Vista	Montanha	34	COOPTRAES
Pontal do Jundiá	Conceição da Barra	48	COOPTRAES
Paulo Vinas	Conceição da Barra	63	COOPTRAES
Rio Preto/Itaunas	Conceição da Barra	30	COOPTRAES
Georgina	São Mateus	81	COOPTRAES
Zumbi dos Palmares	São Mateus	151	COOPTRAES
Guanabara	São Mateus	12	COOPTRAES
Vale da Vitória	São Mateus	39	COOPTRAES
Córrego Grande	São Mateus	27	COOPTRAES
Pratinha	São Mateus	17	COOPTRAES

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Assistidas	Empresa Contratada
São Vicente	São Mateus	5	COOPTRAES
Olinda II	Pinheiros	86	COOPTRAES
Maria Olinda	Pinheiros	71	COOPTRAES
11 de Agosto	Pinheiros	11	COOPTRAES
Nova Vitória	Pinheiros	32	COOPTRAES
Nova Conquista	Pinheiros	19	COOPTRAES
Córrego da Onça	Jaguaré	8	COOPTRAES
Córrego da Areia	Jaguaré	31	COOPTRAES
Pip Nuck	Nova Venécia	50	COOPTRAES
Treze de Maio	Nova Venécia	45	COOPTRAES
Gaviãozinho	Nova Venécia	25	COOPTRAES
Córrego Alegre	Nova Venécia	18	COOPTRAES
Celestina	Nova Venécia	31	COOPTRAES
Três Pontões	Nova Venécia	20	COOPTRAES
16 de Abril	Águia Branca	48	COOPTRAES
22 de Julho	Ecoporanga	12	COOPTRAES
Bom Jesus	Ecoporanga	18	COOPTRAES
Vale do Ouro	Ecoporanga	30	COOPTRAES
Independência	Conceição da Barra	10	COOPTRAES
Córrego da Lage	Mucurici	118	COOPTRAES
Florestan Fernandes	Guaçu/São José do Calçado	34	COOPTRAES
Sezinio F. de Jesus	Linhares	100	COOPTRAES
Chapadão do Rio Quartel	Linhares	15	COOPTRAES
Tomazzini	Santa Teresa	39	COOPTRAES
Madre Cristina	Pancas	35	COOPTRAES
Margarida Alves	Pancas	6	COOPTRAES
Padre Pedro	Mantenópolis	37	COOPTRAES
Florêncio Tozzo	Mantenópolis	36	COOPTRAES
Santa Rita	Bom Jesus do Norte	50	COOPTRAES
Santa Fé	Apiacá	50	COOPTRAES
Teixeirinha	Apiacá	27	COOPTRAES
Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	44	COOPTRAES
17 de Abril	Muqui	78	COOPTRAES
Monte Alegre	Muqui	60	COOPTRAES
Nova Safra	Itapemirim	105	COOPTRAES
Piranema	Fundão	65	COOPTRAES
São Sebastião	Montanha	73	AGROPLAN
Travessia	Nova Venécia	21	AGROPLAN
Córrego do agosto	Nova Venécia	25	AGROPLAN
Rodeio	Nova Venécia	35	AGROPLAN
Rosa de Saron	Águia Branca	39	AGROPLAN
Miragem	Ecoporanga	214	AGROPLAN
Boa Vista	Ecoporanga	57	AGROPLAN
Três Corações	Barra de São Francisco	156	AGROPLAN
Ouro Verde	Muniz Freire	30	AGROPLAN
Floresta	Alegre	77	AGROPLAN
Paraíso	Alegre	40	AGROPLAN
São Felipe	Guaçu	18	AGROPLAN
Luiz Taliuly Neto	Guaçu	93	AGROPLAN
Beija Flor	Alto Rio Novo	13	AGROPLAN
Lage	Alto Rio Novo	50	AGROPLAN
Boa Esperança	Alto Rio Novo	46	AGROPLAN
Geraldo Sperandio	Pancas	71	AGROPLAN
Ita	Itaguaçu	55	AGROPLAN
Matutina	Laranja da Terra/Itarana	20	AGROPLAN
Palestrina	Mimoso do Sul	50	AGROPLAN
União	Mimoso do Sul	56	AGROPLAN

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Assistidas	Empresa Contratada
Rancho Alegre	Mimoso do Sul	56	AGROPLAN
Santa Clara	Viana	31	AGROPLAN
74	TOTAL	3556	

A prestação de serviços de ATES aos referidos assentamentos, no ano de 2010, foi determinante para a garantia de melhores condições de vida às famílias que, efetivamente, residem e trabalham em seus lotes/agrovilas delimitadas pelo INCRA-ES. Segurança alimentar, qualidade de vida e obtenção de renda monetária, mediante realização de atividades nos assentamentos, foram prioridades constantes das ações implementadas. Dentre elas, pode-se destacar o empenho das equipes técnicas em proporcionar o acesso aos créditos de instalação e aos recursos do PRONAF. Também houve grande empenho para inserção das famílias no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ações relacionadas à cidadania, organização social/produtiva, moralização nos assentamentos e acompanhamento de ações do poder público e/ou organizações da sociedade civil também foram efetuadas, com destaque às relacionadas à questão ambiental.

A diferença entre o empenho emitido e o valor pago deveu-se aos descontos nos pagamentos das prestadoras de serviço por inexecução total e/ou parcial dos serviços contratados conforme previsto nos contratos e legislação pertinente.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	P/A/OP	---	---	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010 e SIR/Módulo Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ*

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
51.076	94.408,05	69.015,16	73,10	65.515,16	69,39	65.515,16	69,39

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI

* Estão inclusos os valores recebidos para realização da pesquisa de qualidade de vida nos assentamentos

Os recursos referentes à gestão do Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura foram aplicados no custeio do acompanhamento dos contratos de prestação dos serviços, tais como diárias, combustível, manutenção de viaturas, bem como despesas com deslocamento de servidores para treinamento.

Os recursos para a realização da Pesquisa de Qualidade de Vida nos Projetos de Assentamento do Estado do Espírito Santo estão incluídos nesta Ação.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	4	---	---	---	---	---

Fonte: LOA 2010, Caderno de Metas PO 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.250.000,00	1.294.413,84	1.248.385,43	96,44	1.130.925,50	87,37	1.130.925,50	87,37

Fonte: Caderno de Metas 2010 e SIAFI.

A Ação Administração da Unidade agrega todas as despesas com a manutenção da estrutura administrativa da Superintendência Regional. Os recursos disponíveis e aprovados na LOA 2010 não foram suficientes para o atendimento das necessidades da Unidade, sendo necessária a liberação de crédito suplementar para complementação das despesas destinadas ao apoio e suporte das atividades e serviços técnicos e administrativos da ação.

O crédito suplementar foi liberado no último trimestre de 2010, resultando em dificuldades para a Superintendência executar a totalidade dos recursos orçamentários devido ao curto espaço de tempo para desenvolver os procedimentos licitatórios e contratação de bens e/ou serviços. Assim, algumas ações não puderam ser realizadas. No entanto, mesmo com o atraso da suplementação, a expressividade da execução orçamentária demonstra a necessidade dos recursos alocados.

A dificuldade na redução dos custos de manutenção da Unidade decorre especialmente, do aumento número de servidores em atividade atualmente. Mesmo assim a ação foi realizada a contento. Também consideramos um fator de dificuldade a questão da gestão frota de viaturas, as quais pelo constante e intenso uso, constantemente demandam gastos com manutenção preventiva e corretiva.

Quanto à execução financeira, esta foi prejudicada, sobretudo no encerramento do exercício, em vista da escassez dos recursos financeiros. Alguns pagamentos que poderiam ter sido efetivados durante o exercício tiveram que ser inscritos em restos a pagar devido a esta insuficiência.

Para redução de custos há previsão de uma nova contratação de serviço de monitoramento 24 horas e Rastreamento Veicular com instalação de GPS em todas Viaturas Oficiais do INCRA-ES

e ainda Campanhas e Controles nos Gastos com Energia Elétrica, Serviços de Telefonia Convencional e Móvel; com materiais recicláveis como copos descartáveis e papel e ainda procurando adquirir passagens aéreas com antecedência e/ou com preços promocionais.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	49201	373001

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁰

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	373001	0181	8.434,14		
	Recebidos		2272			457.455,47
			2000			1.288.646,84
			2105			146.977,21
			4426			13.380,83
			1642			66.100,00
			4572			86.773,66
			8370			122.000,00
			4470			2.207.389,00
			8374			28.828,55
			8384			34.448,45
			8387			147.292,00
			2B06			548.583,04
			4358			15.292,00
			8398			269.460,15
			2109			131.519,00
			4320			118.086,83
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	373001				
	Recebidos		2272	20.300,00		
			2000	5.567,00		
			2B06	28.800,00		
			8396	755.270,50		
			4460		2.216.276,74	
0427		3.936.914,00				
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	283.895,32	53.880,42	180.489,75	24.056,98
Tomada de Preços	1.054.903,36	511.630,14	1.054.903,34	157.140,96
Concorrência	1.905.779,04	1.979.654,03	1.777.272,53	1.873.513,78
Pregão	2.086.213,03	2.086.931,71	1.448.809,94	1.616.716,01
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	446.199,61	477.214,86	312.065,711	360.708,41
Inexigibilidade	223.697,24	106.555,73	185.401,57	78.119,75
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	68.990,82	63.774,26	68.990,32	62.619,07
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	696.167,21	728.234,24	696.167,21	728.234,24
Outros	10.808.055,62	7.081.520,61	3.548.328,31	4.726.328,52

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa - 3390.08	20.753,61	8434,14	20.753,61	8434,14				
2º elemento de despesa - 3190.08	3.078,86		3.078,86					
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa – 3390.14	696.167,21	728.234,24	696.167,21	728.234,24			696.167,21	728.234,24
1º elemento de despesa – 3390.39					338.099,07	464.275,41		
2º elemento de despesa – 3390.37	791.300,62	824.766,01	791.300,62	824.766,01			787.245,08	777.610,10
2º elemento de despesa – 3390.30					29.253,61	75.911,49		
2º elemento de despesa – 3390.33					7.651,57			
3º elemento de despesa – 3390.39	2.860.241,30	3.133.022,88	2.860.241,30	3.133.022,88			2.518.655,85	2.668.747,47
3º elemento de despesa – 3390.37						47.155,91		
Demais elementos do grupo	726.541,77	815.051,39	726.541,77	815.051,39		32.191,60	686.399,73	706.948,30

Fonte: SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa - 4490.30		530.503,78		530.503,78		385.248,84		145.254,94
1º elemento de despesa - 4490.39	209.674,44		209.674,44		57.717,07		151.957,37	
2º elemento de despesa – 4490.51	965.110,40	99.500 ,00	965.110,40	99.500,00	62.164,43	99.500,00	902.945,97	0,00
3º elemento de despesa – 4490.52	531.050,35	52.863,66	531.050,35	52.863,66	511.937,00	26.796,66	19.113,35	26.067,00
Demais elementos do grupo	139.357,50	24.056,98	139.357,50	24.056,98	27.680,59		111.676,91	24.056,98
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa – 4490.61	6.202.090,45	2.216.248,95	6.202.090,45	2.216.248,95	6.202.090,45	148.078,37	0,00	2.068.170,58
2º elemento de despesa – 4490.66	3.756.200,00	3.936.913,87	3.756.200,00	3.936.913,87	1.054.400,00	2.182.800,00	2.701.800,00	1.754.113,87
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI.

2.4.2.4. Análise Crítica

A modalidade de pregão eletrônico tem sido utilizada prioritária e preferencialmente, sendo que somente foram utilizadas as de convite e tomada de preços quando inviável o pregão (obras de engenharia e serviços de engenharia mais complexos). Quanto à concorrência, foi efetivada em 2008 para a contratação de ATES, cuja modalidade foi determinada que fosse a Concorrência. Trata-se de despesa de trato continuado. As dispensas e inexigibilidades foram efetuadas quando assim a legislação exigiu e nas despesas de pequena monta, nestas por economicidade, com base no inc. II, art. 24, lei 8666/93.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. <input type="checkbox"/> Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	$\frac{4.426.914}{4.607.751,30} = 96,1\%$
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. <input type="checkbox"/> Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	$0 / 53 = 0\%$
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. <input type="checkbox"/> Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	$0 / 0 = 0\%$

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. <input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	2.068.170,58 / 1.358,23 = R\$ 1.522,69
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. <input type="checkbox"/> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	12 / 6 = 50%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. <input type="checkbox"/> Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	20 / 64 = 31,25%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	56 / 105 = 53,33%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR <input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	0 / 87 = 0%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. <input type="checkbox"/> Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0 / 105 = 0%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	103 / 105 = 98,09%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	Competência do MDA

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	3.602 / 4.420 = 81,49%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-----
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	456 / 4.420 = 10,31 %
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	□ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	----

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	----

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	74 / 96 = 77,08%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<input type="checkbox"/> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	1.771,50 / 96 = = 18,45
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> SIAFI e SICONV	-----
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	-----

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
----		----			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
---	---	---	---	---	---
Razões e Justificativas:					

Fonte: Divisão Administrativa SR(20)/ES

3.2. Análise Crítica

Em consulta ao SIAFI verificou-se que não houve movimentação nessa conta contábil em 2010.

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	3.486,38			3.486,38
2009	3.486,38			3.486,38
2008	192.191,68		192.191,68	
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	9.769.456,60	-6.232.983,73	853.482,28	2.682.990,59
2009	8.347.858,68	-292.511,08	1.748.849,28	6.307.498,32
2008	2.065.341,74	-226.042,03	1.801.621,90	37.377,81
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI e Divisão Administrativa – SR(20)/ES

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	81	2	8
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	76	0	8
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	75	0	6
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	2
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores regidos pela CLT	0	0	0	0
1.4 Servidores cedidos ou em Licença	0	5	2	0
1.4.1 Cedidos	0	0	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	0	2	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	3	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	15	0	1
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	12	0	1
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	8	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	3	0	1
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	3	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	3	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	96	2	9

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR – Dez/10 e extração fev/11

OBS: 1) O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2) O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3) O INCRA não dispõe de servidores celetistas (anistiados – Lei 8.878/94)

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	15	16	18	26	6	81
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	14	15	15	26	6	76
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	1	3	0	0	5
2. Provimento de cargo em comissão	2	1	4	8	0	15
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	0	3	7	0	12
2.3. Funções gratificadas	0	1	1	1	0	3
TOTAL GERAL	17	17	22	34	6	96

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	1	4	31	45	0	0	0	81
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	4	29	42	0	0	0	76
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	2	3	0	0	0	5
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	7	8	0	0	0	15
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	5	7	0	0	0	12
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	2	1	0	0	0	3
TOTAL	0	0	1	4	38	53	0	0	0	96

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE FEV/11. OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	54	2
1.1 Voluntária	47	2
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	7	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	32	0
2.1 Voluntária	31	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	86	2

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	22	0
2. Proporcional	17	0

Fonte: SIAPE- FEV/11

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	4	3	4	3	R\$ 0,00
· Área Fim	2	2	2	1	R\$ 0,00
· Área Meio	2	1	2	2	R\$ 0,00
Nível Médio	1	1	1	1	R\$ 0,00
· Área Fim	1	1	1	1	R\$ 0,00
· Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
TOTAL	5	4	5	4	R\$ 22.658,63

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010.

OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mesma para nível médio e superior.

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS	
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO								
2008	4681812,45		405327,47	164376,48	511850,28	316730,47	117,27	6080214,42
2009	4582389,62		416322,72	137424,56	736764,62	294968,85	3101,92	6170972,29
2010	4947357,69		457677,37	150450,65	877258,29	624341,65	7893,54	7064979,19
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO (SERVIDORES CELETISTAS)								
2008								0,00
2009								0,00
2010								0,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA								
2008					6177,90			6177,90
2009					13491,58			13491,58
2010					4835,50			4835,50
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR								
2008		324411,71			56664,00			381075,71
2009		312023,40			79153,31			391176,71
2010		290345,93			75364,68			365710,61
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS								
2008		14503,68			6676,81			21180,49
2009		14131,89			9433,92			23565,81
2010		15072,13			11380,62			26452,75

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	22.287,56
2009	5.112,92
2010	1.920,66

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA/ES													
UG/Gestão: 373057/37201						CNPJ: 00.375.972/0019-90							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	ES/05/2008	05.276.664/0001-00	12.06.08	11.06.09	Não previsto						P
2007	V	O	ES/9000/07	08.030.075/0001-27	01.01.08	31.12.08	Certif. Formação de vigilante						P
Observação:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Divisão Administrativa – SR(20)/ES

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA/ES													
UG/Gestão: 373057/37201							CNPJ: 00.375.972/0019-90						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	ES/09/08	32.501.678/0001-44	22.07.08				2	2			P
2010	1	O	ES/11/10	01.806.821/0001-82	01.07.10	06.09.10	2	2	17	17			E
2010	1	E	ES/18/10	02.201.230/0001-44	12.09.10	11.12.10			16	16			E
2010	1	O	ES/33/10	07.071.877/0001-12	22.12.10	21.12.11			19	19			A
2010	1	O	ES/07/10	07.855.231/0001-26	01.07.10	30.06.10			2	2			A
2006	2	O	ES/13000/06	30.964.795/0001-19	20.12.06	19.12.07			1	1			P
2010	3	O	ES/9/2010	07.437.043/0001-88	05.07.10	04.07.11	1	1					A
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão Administrativa – SR(20)/ES

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
ES/09/2008	1	2	SR(20)NTI
33/2010	1	2	SR(20)G
		2	SR(20)F
		1	SR(20)F-1
		1	SR(20)PFE
		2	SR(20)D
		1	SR(20)T
		3	SR(20)/Sala Cidadania
		1	SR(20)A
		1	SR(20)A-1
		1	SR(20)A-2
		1	SR(20)A-3
		1	SR(20)A-4
		1	SR(20)A-7
		1	SR(20)A-8
ES/07/2010	1	2	SR(20)F-2
ES/13000/2006	2	1	SR(20)A
ES/9/2010	3	1	SR(20)A
ES/05/2008	7	8	SR(20)A
ES/9000/2007	8	2 postos diurnos e 2 noturnos 12x36 e 1 posto 44 h diurna	SR(20)A

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 9. Outras. |
| 5. Serviços de Brigada de Incêndio; | |

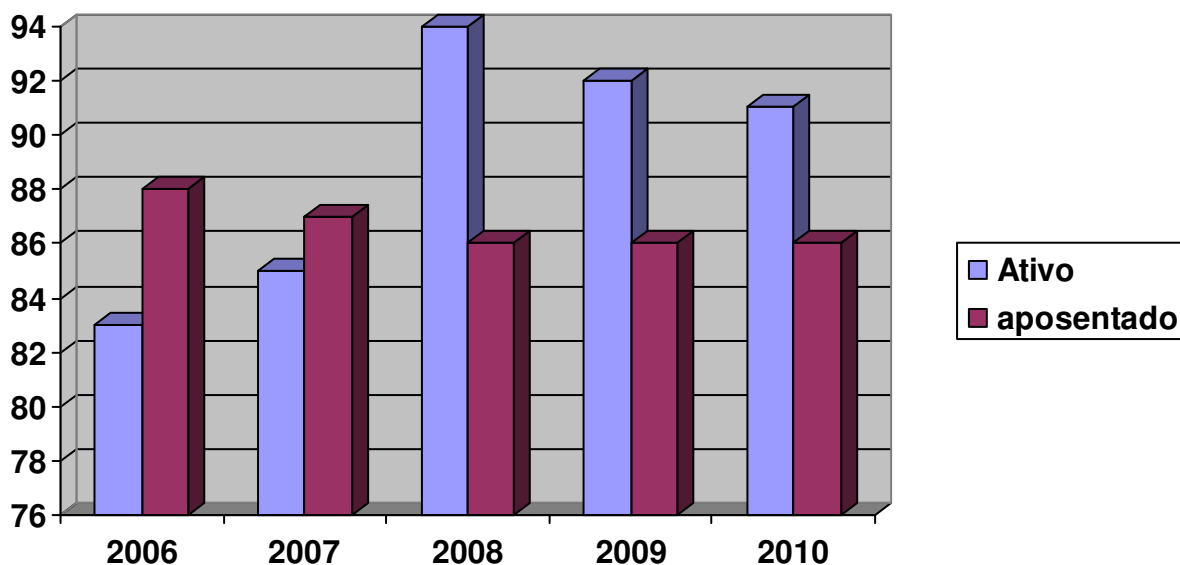
Fonte: Divisão Administrativa –SR(20)/ES

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

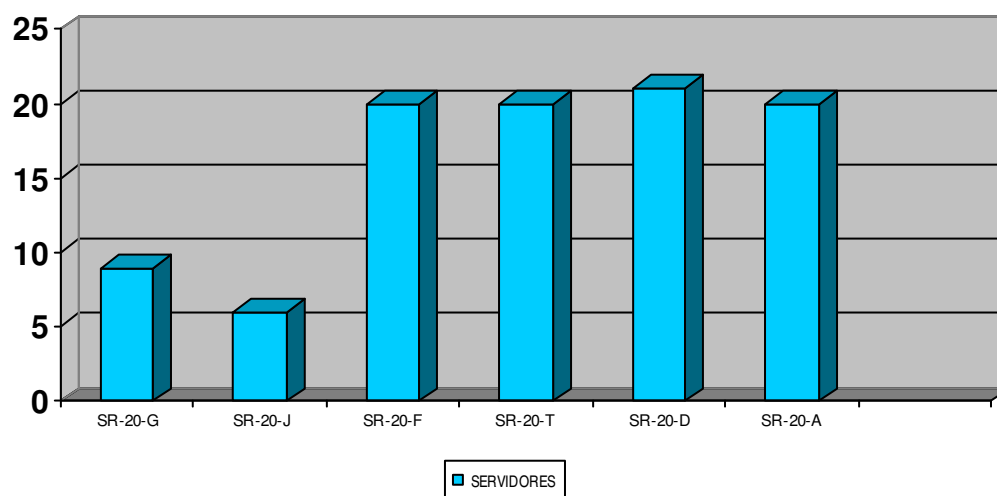
Não são utilizados indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Com relação à rotatividade é efetuado acompanhamento dos egressos de servidores que ingressaram no INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004 e 2005. Quanto a disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório. No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que será implantada em 2011 sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº 7.133/10.

Periodicamente são elaborados relatórios gerenciais para avaliação da força de trabalho que compõe o Quadro de Pessoal da Superintendência. Os últimos demonstrativos elaborados abordaram os seguintes temas:

a) Ativos X Aposentados



b) Distribuição da Força de Trabalho por Unidade



c) Perspectivas de Aposentadoria

PREVISÃO	SEXO		TOTAL	% / TOTAL	% / ACUM
	F	M			
EM CONDIÇÕES	6	9	15	15,62%	15,62%
2011	1	1	2	2,08%	17,7%
2012	3	2	5	5,20%	22,90%
2013	0	2	2	2,08%	24,98%

d) Egresso de novos servidores

Cargo	Ingressos	Egressos	mantidos	%egressos /ingressos
Administrador	2	2	2	100,00
Contador	2	2	0	100,00
Economista	1	1	0	100,00
Engenheiro Agrônomo	8	1	7	12,50
Fiscal de Cadastro e Tributação Rural	3	1	2	33,33
Orientador de Projetos de Assentamento	1	0	1	0,00
Técnico Com. Social	2	0	2	0,00
Técnico Administrativo	4	1	3	25,00
Analista em Reforma e Desenv. Agrário	11	0	11	0,00
Técnico em Reforma e Desenv. Agrário	4	0	4	0,00
Analista Administrativo	2	2	0	100,00

No demonstrativo sobre a distribuição da força de trabalho entre as unidades da Regional, indica que 63% dos servidores estão lotados nas áreas finalísticas (Ordenamento da Estrutura Fundiária, Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de

Assentamento e Desenvolvimento de Projetos de Assentamento) e os demais 37% estão vinculados à área meio (Gabinete, Administração e Jurídica).

A distribuição indica insuficiência de recursos humanos acarretando uma priorização para as unidades finalísticas em detrimento principalmente da administração (área meio), uma vez que dos 20 (vinte e três) servidores lotados na Administração, 8 (oitos) deles estão envolvidos com as atividades finalísticas atuando como condutores dos veículos da Autarquia no transporte das equipes de trabalho ao campo.

O quadro de ingresso/egresso de servidores demonstra a grande dificuldade da Autarquia em reter novos servidores, haja vista que dos 40 (Quarenta) servidores que ingressaram a partir de 2004, 10 (dez) deles solicitaram a vacância do cargo.

O quadro perspectivas de aposentadoria também demonstra que 16% da força de trabalho da Superintendência Regional já reúne as condições para a aposentadoria, sendo que até 2013 esse número poderá chegar a 25%.

Por isso, o quantitativo de servidores que compõe o quadro de pessoal da Superintendência Regional indica uma necessidade urgente de recomposição da força de trabalho para atender satisfatoriamente às demandas da Autarquia.

Quanto à implementação de indicadores gerenciais, o contingente disponível só permite a atuação em atividades relacionadas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão) e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar).

No que se refere às remoções, no âmbito do INCRA o assunto está regulamentado pela Instrução Normativa INCRA/Nº 35/06 que dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos às várias modalidades de remoção. Em 2010 o quadro de servidores da Superintendência Regional foi ampliado com a remoção de 6 (seis) servidores oriundos da região norte do Brasil.

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência*

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio

2 - Contrato de Repasse

3 - Termo de Parceria

4 - Termo de Cooperação

5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente

2 - Inadimplente

3 - Inadimplência Suspensa

4 - Concluído

5 - Excluído

6 - Rescindido

7 - Arquivado

Fonte:

* Não houve transferências no exercício 2010.

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Prefeitura Municipal de Nova Venécia/ES						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1			331.200,62		
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: Divisão Administrativa – SR(20)/ES

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes*

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte:

* Não há previsão de transferências para o exercício 2011.

6.1.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado (R\$)	331.200,62		
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

Fonte: Divisão Administrativa – SR(20)/ES

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse*

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
	Montante repassado (R\$)				
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte:


* Não há prestação de contas pendentes para análise

- 7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.**

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizados, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, no módulo SICON. Quanto ao SICONV, não temos nenhum Convênio registrado no mesmo, pois o firmado com a Prefeitura Municipal de Nova Venécia foi feito no SIAFI e não foi migrado para aquele portal.

Vila Velha-ES, 18 de Março de 2011



Salvimar Vizeu A. Ferreira
Chefe da Divisão de Administração
INCRA / SR(20) / ES
Port. N.º 546

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Em cumprimento ao Disposto no capítulo III, título II, da Instrução Normativa/TCU/Nº. 47, de 27/10/2004, e com referência ao item 3.3.6 da Norma de Execução/CGU/ N.º 03, de 28/12/2006, DECLARAMOS que os agentes responsáveis e seus substitutos, integrantes do Rol de Responsáveis, extraído do SIAFI, que atuaram em 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de que tratam as contas, estão em dia com as exigências de apresentação de declaração de bens e rendas, na forma da Lei 8.730, de 10/11/93.

Vila Velha/ES, 10 de março de 2011.



Maria das Graças Moreira Beltrão
Chefe de Serviço de Desenvolvimento Humano
INCRA/ES

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Divisão Administrativa – SR(20)/ES

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Vila Velha/ES	1	1
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Divisão Administrativa – SR(200/ES

Observação: A SR(20)/ES não possui imóveis em seu nome

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

* Não há imóveis locados pela SR(20)/ES

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373057	5703.00054.500-3	3*	3	1.577.207,01	09/05/05	1.577.207,01	79.200,18	
Total							Σ	Σ

Fonte: SPIUNET.

* Ver texto abaixo.

11.1.4. Análise Crítica

O imóvel no qual se encontra instalada a Superintendência Regional do INCRA/ES não é de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Trata-se de propriedade da União que está cedida ao órgão.

Constitui-se basicamente em três blocos dispostos em um amplo pátio. Um deles – o bloco B - passou por reformas recentemente e encontra-se em bom estado. Os outros dois blocos, entretanto, ainda precisam passar reformas para se adequar às demandas de funcionamento e segurança da SR(20)/ES.

Já há um projeto elaborado para tal reforma, aguardando apenas a liberação de recursos para procedê-la.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2 Terceirizados – 0 servidores				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

<p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					
--	--	--	--	--	--

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

O cartão de pagamento foi utilizado tanto para despesas de pequeno vulto como para abastecimento de viaturas em viagens a serviço.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

* Não houve deliberações do TCU referentes à UG em 2010.

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

* Não há deliberações do TCU pendentes em 2010.

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

* Não houve auditoria interna na UG em 2010.

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

* Não há recomendações do OCI pendentes na UG em 2010.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento*.

* Não há na SR(20)/ES

- 17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.**

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

- 18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.**

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/ES			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Vila Velha/ES	Data	22/03/2011
Contador Responsável	Wilson Martins de Souza	CRC nº	RR nº2509/o-6



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO – SR (20) ES
DIVISÃO DE ADMINISTRATIVO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL


1 - Plena

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Superintendência Regional que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Vila Velha – ES, 22 de março de 2010.

Contador Responsável


Wilson Martins de Souza
ARD - Matr.: 1528297
INCRA - SR (20) /A4
Contabilidade

CRC/RR nº. 2.509/c-6

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES	
SUBTITULO	373057/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO E.SANTO-INOCIA/SR-20		2010	DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA	
			14/02/2011	1	
INGRESSOS			DESPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	261,00	1.749,41	DESPESAS CORRENTES	5.509.508,66	5.098.083,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	261,00	1.749,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.434,14	23.832,47
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-36,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.435.441,34	4.953.565,70
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	8.938.989,63	10.604.078,08	OUTRAS DESPESAS	5.435.441,34	4.953.565,70
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	8.327.789,63	9.131.553,89	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	65.633,18	120.685,20
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.326.619,37	8.548.393,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.633,18	120.685,20
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	8.326.619,37	8.548.393,98	DESPESAS DE CAPITAL	6.860.087,24	11.803.483,14
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.170,26	583.159,91	INVESTIMENTOS	706.924,42	1.845.192,61
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	611.200,00	1.472.524,19	INVERSOES FINANCEIRAS	6.153.162,82	9.958.290,45
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	611.200,00	1.466.734,87	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	181.431,26	1.954.267,81
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	611.200,00	1.466.734,87	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	1.170,26	1.170,26
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	5.789,32	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.170,26	1.170,26
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	26.688.916,50	18.795.087,12	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	180.261,00	1.953.097,55
VALORES EM CIRCULACAO	7.663.840,69	2.855.470,36	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	180.000,00	1.945.595,22
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	7.659.414,58	2.851.044,25	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	180.000,00	1.945.595,22
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	4.426,11	4.426,11	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	261,00	7.502,33
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.170,26	1.170,26	DESPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	23.102.872,81	10.538.180,89
VALORES DIFERIDOS	1.170,26	1.170,26	VALORES EM CIRCULACAO	9.085.275,26	7.663.840,69
DEPOSITOS	3.486,38	29.219,22	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	9.085.275,26	7.659.414,58
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.486,38	29.219,22	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	4.426,11
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.064.088,81	8.575.105,76	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.170,26	583.159,91
RESTOS A PAGAR	10.060.967,68	8.573.900,71	VALORES DIFERIDOS	1.170,26	583.159,91
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	9.769.456,60	8.347.858,68	DEPOSITOS	29.219,22	19.013,19
CANCELADO	291.511,08	226.042,03	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	29.219,22	18.869,84
VALORES EM TRANSITO	3.121,13	1.205,05	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	143,35
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	8.956.330,36	7.334.121,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	8.349.063,73	2.272.167,10
INCORPORACAO DE DIREITOS	8.956.330,36	7.334.121,52	FORNEDORES	0,00	14.448,33
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	8.956.330,36	7.334.121,52	DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	14.448,33
			RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	8.347.858,68	2.077.236,42
			OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	0,00	177.600,00
			EM CONTRATOS	0,00	177.600,00
			VALORES EM TRANSITO	1.205,05	2.882,35
			AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	5.638.144,34	0,00
			BAIXA DE DIREITOS	5.633.718,23	0,00
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.633.718,23	0,00
			AJUSTES DE OBRIGACOES	4.426,11	0,00
			AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	4.426,11	0,00
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	25.732,84	18.869,84	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	0,00	25.732,84
OUTRAS DISPONIBILIDADES	25.732,84	18.869,84	OUTRAS DISPONIBILIDADES	0,00	25.732,84
INGRESSOS	35.653.899,97	29.419.748,05	DESPENDIOS	35.653.899,97	29.419.748,05



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373057/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO E.SANTO-INCRIA/SR-20
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2010	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
21/02/2011	1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE APROVAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	12.227.758,32	-12.227.758,32
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	5.367.671,08	-5.367.671,08
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	8.434,14	-8.434,14
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	5.359.236,94	-5.359.236,94
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	6.860.087,24	-6.860.087,24
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	706.924,42	-706.924,42
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	6.153.162,82	-6.153.162,82
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	12.227.758,32	-12.227.758,32



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	373057/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO E.SANTO-INCRA/SR-20				2010	DEZ(FECHADO)
ORÇÃO SUPERIOR	49500 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				EMISSÃO	PÁGINA
					21/02/2011	2

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE APROVEITAMENTO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
					CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	12.810.261,04	141.837,58	12.668.423,46
					DESPESAS CORRENTES	0,00	5.845.932,80	141.837,58	5.705.095,22
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	8.434,14	0,00	8.434,14
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	5.838.498,66	141.837,58	5.696.661,08
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	6.963.328,24	0,00	6.963.328,24
					INVESTIMENTOS	0,00	810.137,50	0,00	810.137,50
					INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	6.153.190,74	0,00	6.153.190,74
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	12.810.261,04	141.837,58	12.668.423,46
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	11.297.637,60	11.297.637,60	8.326.619,37	2.971.018,23					
TOTAL	11.297.637,60	11.297.637,60	8.326.619,37	2.971.018,23	TOTAL	0,00	12.810.261,04	12.369.595,90	440.665,14
DEPÓSITO TOTAL	0,00	0,00	4.042.976,53	-4.042.976,53	SUPERÁVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	11.297.637,60	11.297.637,60	12.369.595,90	-1.071.958,30	TOTAL GERAL	0,00	12.810.261,04	12.369.595,90	440.665,14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	2010		MES	DEZ(FECHADO)					
SUBTITULO	373057/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO E.SANTO-INOCENSO		EMISSION	14/02/2011		PAGINA	1					
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO											
ATIVO			PASSIVO									
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009							
ATIVO FINANCEIRO	9.085.275,26	7.689.573,53	PASSIVO FINANCEIRO	9.777.234,37	8.379.453,21							
DISPONIVEL	0,00	25.732,84	DEPOSITOS	3.486,38	29.219,22							
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00	25.732,84	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.486,38	29.219,22							
CREDITOS EM CIRCULACAO	9.085.275,26	7.663.840,69	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.772.577,73	8.349.063,73							
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	128.944,90	325.293,06	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	9.769.456,60	8.347.858,68							
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	8.956.330,36	7.334.121,52	A LIQUIDAR	9.769.456,60	8.347.858,68							
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	4.426,11	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.121,13	1.205,05							
ATIVO NAO FINANCEIRO	128.317.964,05	124.475.729,26	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.170,26	1.170,26							
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	28.139.128,02	29.284.567,36	VALORES DIFERIDOS	1.170,26	1.170,26							
CREDITOS EM CIRCULACAO	-8.474.331,05	-7.331.475,52	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-9.769.456,60	-8.347.858,68							
RECURSOS A RECEBER P/PAGO DE RP-RETIFIC	-8.956.330,36	-7.334.121,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-9.769.456,60	-8.347.858,68							
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	476.353,31	0,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-9.769.456,60	-8.347.858,68							
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.646,00	2.646,00	PASSIVO REAL	7.777,77	31.594,53							
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	36.613.459,07	36.616.042,88	PATRIMONIO LIQUIDO	137.395.461,55	132.133.708,26							
ESTOQUES	48.147,11	50.730,92	PATRIMONIO/CAPITAL	132.133.603,26	105.460.951,84							
TITULOS E VALORES	36.565.311,96	36.565.311,96	PATRIMONIO	132.133.603,26	105.460.951,84							
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	85.733.834,52	83.109.320,65	RESERVAS	105,00	105,00							
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	85.733.834,52	83.109.320,65	RESULTADO DO PERIODO	5.261.753,29	26.672.651,42							
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	32.409.528,27	29.785.014,40	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	137.403.239,32	132.165.302,79							
CREDITOS A RECEBER	53.324.306,25	53.324.306,25	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-132.141.486,03	-105.492.651,37							
PERMANENTE	14.445.001,52	12.081.841,25										
IMOBILIZADO	14.445.001,52	12.081.841,25										
BENS MOVEIS E IMOVEIS	14.489.950,20	12.081.841,25										
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-44.948,68	0,00										
ATIVO REAL	137.403.239,32	132.165.302,79										
ATIVO COMPENSADO	17.316.995,17	10.858.754,97	PASSIVO COMPENSADO	17.316.995,17	10.858.754,97							
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	17.316.995,17	10.858.754,97	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	17.316.995,17	10.858.754,97							
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.000,00	0,00	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.000,00	0,00							
GARANTIAS DE VALORES	192.420,40	114.632,04	VALORES EM GARANTIA	192.420,40	114.632,04							
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	9.224.587,45	9.382.911,45	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	9.224.587,45	9.382.911,45							
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	1.205.030,00	1.292.753,31	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	1.205.030,00	1.292.753,31							
OUTRAS COMPENSACOES	6.691.957,32	68.458,17	COMPENSACCES DIVERSAS	6.691.957,32	68.458,17							
ATIVO	154.720.234,49	143.024.057,76	PASSIVO	154.720.234,49	143.024.057,76							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCICIO	MES	
SUBTITULO	373057/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO E.SANTO-INOCIA/SR-20		2010	DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA	
			21/02/2011	1	
VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORÇAMENTARIAS	16.276.885,90	21.804.018,53	ORÇAMENTARIAS	12.430.385,23	16.971.643,43
RECEITAS CORRENTES	261,00	1.749,41	DESPESAS CORRENTES	5.509.508,66	5.098.083,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	261,00	1.749,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.434,14	23.832,47
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-36,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.435.441,34	4.953.565,70
INTERFERENCIAS ATIVAS	8.327.789,63	9.131.553,89	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	65.633,18	120.685,20
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.327.789,63	9.131.553,89	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.633,18	120.685,20
SUB-REPASSO RECEBIDO	8.326.619,37	8.548.393,98	DESPESAS DE CAPITAL	6.860.087,24	11.803.483,14
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.170,26	583.159,91	INVESTIMENTOS	706.924,42	1.845.192,69
MUTACOES ATIVAS	7.948.835,27	12.670.751,63	INVERSOES FINANCEIRAS	6.153.162,82	9.958.290,45
INCORPORACOES DE ATIVOS	4.486.876,99	4.372.465,44	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.170,26	1.170,26
AQUISICOES DE BENS	2.670.144,05	1.601.975,12	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.170,26	1.170,26
INCORPORACAO DE CREDITOS	1.816.732,94	2.770.490,32	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.170,26	1.170,26
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.461.958,28	8.298.286,19	MUTACOES PASSIVAS	59.619,07	68.908,66
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	19.324.032,30	34.752.439,36	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	59.619,07	68.908,66
INTERFERENCIAS ATIVAS	692.973,01	25.614.994,60	LIQUIDACAO DE CREDITOS	59.619,07	68.908,66
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	81.773,01	24.142.470,41	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	17.908.779,68	12.912.163,04
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	611.200,00	1.466.734,87	INTERFERENCIAS PASSIVAS	181.368,92	1.953.097,55
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	5.789,32	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.107,92	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	18.631.059,29	9.137.444,76	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	180.000,00	1.945.595,22
INCORPORACOES DE ATIVOS	18.339.415,01	8.906.206,03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	261,00	7.502,33
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	62.164,41	1.454.243,12	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	17.727.410,76	10.959.065,49
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	625.753,70	71.087,82	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	15.637.675,61	8.931.401,56
INCORPORACAO DE DIREITOS	17.651.496,90	7.380.875,09	BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00	1.054.903,34
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	133,20	5.196,70	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.033.335,31	533.688,67
REAVALIACOES DE BENS	133,20	5.196,70	BAIXA DE DIREITOS	14.604.340,30	7.342.809,55
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	291.511,08	226.042,03	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	44.948,68	0,00
DEFICIT			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	44.948,68	0,00
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	2.040.360,36	2.027.663,93
			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.426,11	0,00
			AJUSTES FINANCEIROS	4.426,11	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	5.261.753,29	26.672.651,42
			SUPERAVIT	5.261.753,29	26.672.651,42
VARIACOES ATIVAS	35.600.918,20	56.556.457,89	VARIACOES PASSIVAS	35.600.918,20	56.556.457,89

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações*:

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;
- b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;
- c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;
- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

* Não foi executada este tipo de ação no exercício 2010 na SR(20)/ES.

21.Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Na gestão da Superintendência Regional do INCRA ES identificamos algumas deficiências que causam prejuízos a aplicação das políticas públicas de responsabilidade do Órgão, porém na condução do processo identificou-se ações que pudessem melhorar o desempenho do trabalho. Relacionamos abaixo algumas das deficiências e ações para enfrentá-las.

Na Divisão de Desenvolvimento temos número insuficiente de servidores e há sobrecarga de trabalho devido ao aumento de modalidades de crédito (fomento e instalação); à necessidade de aumento do monitoramento dos PA,s para evitar e resolver irregularidades ocupacionais; à ampliação do número famílias assentadas e de serviços de Assistência Técnica – ATER. Para enfrentar estas dificuldades esta unidade irá melhorar o processo de planejamento das ações na perspectiva de otimizar o uso de recursos humanos e financeiros, ampliar e melhorar os serviços de ATER com a realização de nova contratação e além da necessidade do aumento da força de trabalho.

Na área de obtenção de terras e implantação de assentamentos, enfrentamos a morosidade nos processos judiciais de desapropriação retardando o assentamento de novas famílias, muitos imóveis vistoriados poucos improdutivos, restrições orçamentárias para gestão do programa, o grande número de famílias acampadas provocando tensão social. No enfrentamento destas dificuldades será adotado a prática de análise mais criteriosa na seleção dos imóveis a serem vistoriados na perspectiva de maior número de desapropriação, plano de campo mais eficiente para reduzir o tempo nas vistorias.

Na questão ambiental identificamos a de Área de Reserva Legal - ARL abaixo de 20% em diversos PA,s antes de 2002, grande quantidade de APP e ARL a serem cercadas para cumprir exigências dos órgãos ambientais. Para enfrentar estas dificuldades há necessidade de ampliar a equipe e os recursos. A SR está em discussão como o órgão ambiental a fim de ampliar os prazos de cumprimento das condicionantes citadas.

No Ordenamento da Estrutura Fundiária temos como dificuldades rotatividade de servidores e estrutura deficiente das Unidades Municipais de Cadastro, para mitigar a autarquia investe em monitoramento e capacitação, bem como em diálogo com as prefeituras visando melhor a implementação dos termos de cooperação técnica. Na regularização de comunidades Quilombolas temos como principal deficiência a ausência de antropólogo na equipe dificultando o trâmite dos processos e a elaboração de relatórios de identificação de outras comunidades.

De forma geral é necessário que haja um processo de melhoria na gestão da unidade para o uso mais adequado dos recursos humanos e financeiros buscando assim um melhor atendimento ao público e o desenvolvimento das famílias assentadas. Neste sentido foi estabelecido um processo de discussão e estabelecimento de metas e plano de ações e viagens para serem cumpridas no exercício 2011.

22. ANEXOS

Tabela – Projetos de Assentamento no Espírito Santo

#	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	#FAM	ÁREA(ha)
1	PA PONTAL DO JUNDIÁ	Conceição da Barra	48	778,2704
2	PA GEORGINA	São Mateus	81	1.052,8355
3	PA JUERANA	São Mateus	18	282,5506
4	PA C. DO RIO QUARTEL	Linhares	15	184,0821
5	PA PIP-NUCK	Nova Venécia	50	676,5970
6	PE Córrego da Areia	Jaguare	31	155,0000
7	PA GAVIÃOZINHO	Nova Venécia	25	440,1900
8	PA Córrego Vermelho	Ecoporanga	7	80,9000
9	PA NOVA ESPERANÇA	Aracruz	50	489,1000
10	PA VALDÍCIO B. DOS SANTOS	Conceição da Barra	89	888,4000
11	PA Córrego da Lage	Mucurici e Ecoporanga	118	1.167,4067
12	PE NOVA CONQUISTA	Pinheiros	19	155,0000
13	PE RIO PRETO ITAÚNAS	C. da Barra	30	460,0000
14	PE BELA VISTA	Montanha	34	210,0000
15	PE FRANCISCO D. RAMOS	Montanha	25	193,0000
16	PE SÃO ROQUE	Jaguare	10	90,0000
17	PE Córrego Alegre	Nova Venécia	18	173,0000
18	PE Córrego Grande	São Mateus	27	261,0000
19	PE VALE DO OURO	Ecoporanga	30	357,6200
20	PE VALE DA VITÓRIA	São Mateus	39	474,0000
21	PE JUCURUABA	Viana	19	160,0000
22	PE 13 DE MAIO	Nova Venécia	45	501,1300
23	PE TRÊS PONTÕES	Nova Venécia	20	207,2000
24	PE 11 DE AGOSTO	Pinheiros	11	126,8000
25	PE NOVA VITÓRIA	Pinheiros	32	525,0000
26	PE INDEPENDÊNCIA	Conceição da Barra	10	103,0000
27	PE 22 DE JULHO	Ecoporanga	12	131,6300
28	PE PRATINHA	São Mateus	17	188,8000
29	PA CASTRO ALVES	Pedro Canário	129	1.504,3471
30	PE Córrego da Onça	Jaguare	8	90,0000
31	PE BOM JESUS	Ecoporanga	18	180,7000
32	PE Córrego do Balão	Montanha	7	40,0000
33	PE SÃO VICENTE	São Mateus	5	27,6000
34	PA FLORESTA	Alegre	77	680,0000
35	PA SANTA RITA	Bom Jesus do Norte e Apiacá	50	514,6250
36	PA PAULO VINHAS	Conceição da Barra	63	474,0900
37	PA OLINDA II	Pinheiros	87	791,7647
38	PA MARIA OLINDA	Pinheiros	71	706,8888
39	PA CELESTINA	Nova Venécia	31	314,4277
40	PA TOMAZZINI	Santa Tereza	39	394,4100
41	PA MIRAGEM	Ecoporanga	214	1.135,0000
42	PA PIRANEMA	Fundão	65	626,0000
43	PA LUIZ TALIULY NETO	Guaçu	136	1.358,0000
44	PA GUANABARA	São Mateus	12	119,7246

#	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	#FAM	ÁREA(ha)
45	PA RANCHO ALEGRE	Mimoso do Sul	56	527,1627
46	PA ITA	Itaguaçu	55	525,1917
47	PA 16 DE ABRIL	Nova Venécia e Águia Branca	48	439,0930
48	PA 3 CORAÇÕES	Barra São Francisco e Vila Pavão	156	1.058,8134
49	PA SANTA FÉ	Apiacá	50	576,2020
50	PA NOVA SAFRA	Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim	105	1.108,9294
51	PA UNIÃO	Mimoso do Sul	56	563,8000
52	PA MATUTINA	Laranja da Terra e Itarana	83	603,5720
53	PA MONTE ALEGRE	Muqui	60	606,1650
54	PA GERALDO SPERANDIO	Pancas	71	725,6100
55	PA ZUMBI DOS PALMARES	São Mateus	151	1.386,6481
56	PA PADRE PEDRO	Mantenópolis	37	455,8000
57	PA PARAÍSO	Alegre	40	461,1000
58	PA CÓRREGO DO AUGUSTO	Nova Venécia	25	324,3500
59	PA OURO VERDE	Muniz Freire	30	256,2492
60	PA RODEIO	Nova Venécia	35	310,5224
61	PA 17 DE ABRIL	Muqui e Jerônimo Monteiro	78	939,4453
62	PA ROSA DE SARON	Águia Branca	39	508,2255
63	PA OTAVIANO R. DE CARVALHO	Ponto Belo	98	962,7300
64	PA TEIXEIRINHA	Apiacá	27	294,2740
65	PA BEIJA FLOR	Alto Rio Novo	13	80,9000
66	PA SANTA CLARA	Viana	37	450,9889
67	PA FLORESTAN FERNANDES	Guaçu e São José do Calçado	34	382,8343
68	PA TRAVESSIA	Nova Venécia	21	287,3398
69	PA ERNESTO CHE GUEVARA	Mimoso do Sul	45	566,2800
70	PA BOA ESPERANÇA	Alto Rio Novo	46	430,9200
71	PA PANORAMA	Ponto Belo	130	1.042,4800
72	PA SÃO SEBASTIÃO	Montanha	73	690,6288
73	PA LAJE	Alto Rio Novo e Pancas	50	552,0204
74	PA BOA VISTA	Ecoporanga	57	577,6708
75	PA OZIEL ALVES	Montanha	55	612,5240
76	PA ADRIANO MACHADO	Montanha	74	873,0378
77	PA MADRE CRISTINA	Pancas	35	524,4614
78	PA MARGARIDA ALVES	Pancas	6	172,3500
79	PA PALESTRINA	Mimoso do Sul	50	668,0630
80	PA SÃO FELIPE	Guaçu	18	252,8900
81	PA FLORÊNCIO TOZZO	Mantenópolis	36	400,1800
82	PA SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS	Linhares	100	2.042,0499
83	PA JOSÉ MARCOS DE ARAÚJO SANTOS	Pres. Kennedy	75	1.343,6386
84	PA FRANQUEZA E REALEZA	Ecoporanga/ES Carlos Chagas e Nanuque/MG	100	2.250,3500
85	PA LÍRIO DOS VALES	Ecoporanga/ES e Ataléia/MG	43	443,3835
86	PA SÃO GABRIEL	São Gabriel da Palha	15	222,3394
87	PA ADÃO PRETO	São Gabriel da Palha e Nova Venécia	39	569,0258
88	PA CARLOS LAMARCA	Nova Venécia	26	380,1224
88	TOTAL		4.420	47.920,4527

